

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA**

RENATA FIGUEREDO DOS SANTOS

**ATUAÇÃO PROFISSIONAL E PERCEPÇÕES SOBRE A TEMÁTICA BIBLIOTECA
PRISIONAL: O DISCENTE EM BIBLIOTECONOMIA DA UFF, UFRJ E UNIRIO EM
FOCO**

Rio de Janeiro
2018

RENATA FIGUEREDO DOS SANTOS

**ATUAÇÃO PROFISSIONAL E PERCEPÇÕES SOBRE A TEMÁTICA
BIBLIOTECA PRISIONAL: O DISCENTE EM BIBLIOTECONOMIA DA UFF, UFRJ
E UNIRIO EM FOCO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção de Grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a. Ma. Dayanne da Silva Prudencio

Rio de Janeiro

2018

S237a Santos, Renata Figueredo dos
Atuação profissional e percepções sobre a temática biblioteca
prisional: o discente em Biblioteconomia da UFF, UFRJ e UNIRIO
em foco / Renata Figueredo dos Santos. – 2018.
94 f. : il. color.

Orientadora Dayanne da Silva Prudencio.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Biblioteconomia) – Escola de Biblioteconomia, Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Referências: 81-86
Inclui apêndice.

1. Bibliotecas prisionais. I. Prudencio, Dayanne da Silva. II.
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. III. Título.

CDD 027.6

RENATA FIGUEREDO DOS SANTOS

**ATUAÇÃO PROFISSIONAL E PERCEPÇÕES SOBRE A TEMÁTICA
BIBLIOTECA PRISIONAL: O DISCENTE EM BIBLIOTECONOMIA DA UFF, UFRJ
E UNIRIO EM FOCO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção de Grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a. Ma. Dayanne da Silva Prudencio

Aprovado em: _____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Ma. Dayanne da Silva Prudencio
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof.^a. Ma. Marília Amaral Mendes Alves
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Me. Bibliotecário. Rodolfo Targino de Araújo
Marinha do Brasil

Dedico este trabalho aos meus pais por todo apoio, ao meu irmão e àqueles que acreditam e possuem um propósito.

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento, em primeiro lugar, é à Deus por ter guiado minha caminhada e ter me dado força e saúde para realizar esta graduação.

Meu agradecimento e amor incondicional aos meus pais Naldo e Nelma por terem me dado todo amparo durante meu processo de educação, sem eles não teria conseguido. E, por estarem sempre ao meu lado em todos os momentos e dividirem comigo a obtenção deste diploma de graduação.

Meus sinceros agradecimentos à minha orientadora Dayanne Prudencio por aceitar esse desafio, ter se dedicado intensamente nesta pesquisa, pelo apoio e pela relação de confiança que criamos ao longo, serei eternamente grata e jamais esquecerei. Você faz seu trabalho, como bibliotecária e professora, com todo amor e carinho.

Às amigas Alessandra Marcello, Carla Cristina, Marinet Periard, Nathália Lopes e Samantha Duarte, por estarmos, desde o primeiro período, passando por bons momentos e dificuldade juntas, pelas palavras de apoio. E, por essa ser uma amizade que construí na universidade e que levarei para sempre comigo.

Ao Rodrigo Miguez pelo companheirismo e pelo apoio nas minhas crises de angústia, por ter me ensinado ter calma e perseverar nos meus objetivos.

À minha amiga Caroline Azevedo por ter acompanhado meu processo para ingressar na universidade. Sem a colaboração dela não teria feito parte da UNIRIO.

Aos meus amigos e amigas, que dividiram a minha felicidade em ingressar em uma universidade federal, que me incentivaram e apoiaram durante o curso.

Aos meus professores que me acompanharam durante todo período anterior e durante a graduação, pela dedicação e ensinamentos para minha formação como bibliotecária.

Aos membros da banca por terem aceitado fazer parte dela, pela dedicação e zelo nas atividades atribuídas.

“O que se percebe é que ao serem presos, eles, levam para dentro da prisão seus direitos”.

Maria Raimunda de Lira Cabral

RESUMO

Este estudo objetivou verificar se os futuros bibliotecários, egressos dos cursos de Biblioteconomia de Bacharelado e Licenciatura em Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) possuem interesse de atuação em bibliotecas prisionais. Igualmente discute a importância da biblioteca prisional, o nível de conhecimento destes discentes acerca da temática e seu nível de engajamento na popularização do tema. Pesquisa de natureza bibliográfica e de campo (quanto à fonte de coleta dos dados), exploratória (quanto ao seu objetivo), e, do ponto de vista da análise dos dados e demonstração dos resultados, com abordagem qualitativa e quantitativa. Utiliza questionário estruturado como método para coleta de dados. Conclui que os estudantes têm conhecimento superficial sobre o tema, têm frequentado eventos sobre o mesmo e gostariam de atuar em projetos e ações de engajamento para promoção da temática. Igualmente apresenta que a maioria não tem interesse em atuar em bibliotecas do sistema prisional. A pesquisa também revelou que os discentes gostariam que o tema fosse mais debatido no âmbito acadêmico e que não consideram sua atual formação adequada às exigências que se fazem neste ambiente.

Palavras-chaves: Biblioteca Prisional. Atuação Profissional. Bibliotecário. Sistema Prisional. Bibliotecário Prisional.

ABSTRACT

This study aimed to verify that future librarians, Librarianship courses graduates of Bachelor and master's degree in library science at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), Fluminense Federal University (UFF) and Federal University of State of Rio de Janeiro (UNIRIO) have interest in prison libraries. Also discusses the importance of the prison library, the level of knowledge of students about the subject and the level of engagement in the popularization of the theme. Search of bibliographic and field nature (as to the source of data collection), exploratory (as to your goal), and, from the point of view of the analysis of data and the income statement, with qualitative and quantitative approach. Uses structured questionnaire as a method for data collection. Concludes that students have superficial knowledge about the subject, have attended events about the same and would like to work on projects and actions of engagement for thematic promotion. It also shows that most have no interest in working in the prison system libraries. The survey also revealed that the students would like the theme was more debated in the academic scope and that they do not consider your current training appropriated to requirements that are in this environment.

Key words: Prison Library. Professional Performance. Librarians. Prison System. Prison Librarian.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Biblioteca prisional: disposição do mobiliário	39
Figura 2 – Biblioteca prisional: instalação e presos lendo	39
Figura 3 – Distribuição de livros aos presidiários	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	–	Evolução da população prisional brasileira	34
Gráfico 2	–	Idade da população	62
Gráfico 3	–	Gênero da população	63
Gráfico 4	–	Filiação universitária	63
Gráfico 5	–	Conhecimento sobre a existência de biblioteca em presídios	64
Gráfico 6	–	Iniciativa da biblioteca prisional	64
Gráfico 7	–	Convite para visitar biblioteca prisional	65
Gráfico 8	–	Interesse em realizar visita	66
Gráfico 9	–	Interesse em atuar como bolsista	66
Gráfico 10	–	Temática tratada ao longo do curso	68
Gráfico 11	–	Interesse de atuar em biblioteca prisional	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Capacidade, ocupação total e taxa de lotação pelo sexo dos internos por região, 2014-2015	34
Quadro 2 – Categorias do modelo autônomo	40
Quadro 3 – Quantidade de unidades que garantem o acesso a meios de informação por região, 2014-2015	45
Quadro 4 – Quantidade de unidades prisionais com bibliotecas por região	52
Quadro 5 – Avaliação de categorias de atuação na biblioteca prisional	67
Quadro 6 – Tratativa da temática nos cursos de graduação	69
Quadro 7 – Capacitação para atuação em biblioteca prisional	69
Quadro 8 – Competências x média de respostas	71
Quadro 9 – Contribuição da biblioteca prisional para o “bem público”	75
Quadro 10 – Concordância com a remição da pena pela leitura	76
Quadro 11 – Participação em eventos sobre biblioteca prisional	76
Quadro 12 – Disciplinas que abordam sobre a Biblioteca Prisional	77
Quadro 13 – Motivos para o desinteresse de atuar como bibliotecário no sistema prisional	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Profissionais em atividade no sistema prisional brasileiro	57
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ALA – American Library Association (Associação das Bibliotecas Americanas)
- CBBD – Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação
- CFB – Conselho Federal de Biblioteconomia
- CNJ – Conselho Nacional de Justiça
- DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
- FEBAB – Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
- INFOPEN – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
- IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias)
- ONG – Organização Não Governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- SIEB – Semana de Integração Acadêmica dos Estudantes de Biblioteconomia da UNIRIO
- UI – Unidade de Informação
- UNESCO – Organização das Nações para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UFF – Universidade Federal Fluminense
- UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UNIR – Universidade Federal de Rondônia
- UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	OBJETIVOS	20
2.1	Objetivos gerais	20
2.2	Objetivos específicos	20
3	JUSTIFICATIVA	21
4	METODOLOGIA	23
4.1	Modalidade da pesquisa e definição do campo empírico	23
4.2	Definição de critérios para coleta e análise dos dados	25
5	SISTEMA PRISIONAL	29
5.1	Panorama histórico do sistema prisional	30
5.2	Sistema prisional no Brasil e o papel ressocializador	32
6	BIBLIOTECAS PRISIONAIS	37
6.1	Bibliotecas prisionais no Brasil	49
6.2	Bibliotecas prisionais no exterior.....	53
7	O BIBLIOTECÁRIO ATUANTE EM BIBLIOTECA PRISIONAL	55
8	RESULTADOS	62
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
	REFERÊNCIAS	81
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO BIBLIOTECA PRISIONAL	87

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa relatada se propõe a investigar se os futuros bibliotecários egressos dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF) têm interesse em atuar em bibliotecas do sistema prisional, bem como, quais as percepções deles sobre esta atuação.

Sendo assim, o ponto de partida da pesquisa é de que existem poucos relatos sobre essa atuação em eventos científicos e na literatura, outrossim, há pouco debate sobre esta temática nos cursos de graduação. Portanto, a hipótese é de que embora os profissionais reconheçam a importância da ocupação deste campo, o consideram menos atrativo, se comparado a outros do espectro possível de atuação, assim como, não se consideram bem capacitados para a práxis profissional do setor.

Antes de avançar na discussão da temática em questão se torna necessário significar importantes conceitos adotados neste estudo: biblioteca prisional e práxis profissional.

O primeiro conceito é encontrado na literatura analisada sob diferentes terminologias, tais como: “biblioteca prisional”, “biblioteca carcerária” ou “biblioteca do sistema prisional”. Embora haja esta diversidade terminológica, observa-se que todos indicam a mesma finalidade, ou seja, caracterizam o espaço como um tipo de biblioteca pertencente ao sistema penitenciário.

De acordo com Colares e Lindemann (2015), a biblioteca prisional é um estabelecimento importante, pois auxilia a administração penitenciária no que tange à educação e possibilita, principalmente, ocupar o tempo ocioso do preso por meio da leitura, já que os fará focar nas diretrizes educacionais como caminho para a vida pós-liberdade.

Carvalho (2009), por sua vez, define biblioteca prisional como uma biblioteca que atende a um público restrito e diferenciado que se encontram em estabelecimentos penitenciários, vivendo sob limitações concretas, no caso, o aprisionamento. No entanto, o que pode se identificar é que os acervos dessas bibliotecas são semelhantes aos das demais bibliotecas, compostos geralmente por livros didáticos e revistas.

Ao consultar o Tesouro Brasileiro de Ciência e Informação (2014), localiza-se o termo específico “bibliotecas de prisões” que deve ser usado em detrimento dos seguintes termos: bibliotecas de cárceres, bibliotecas de centros penitenciários, bibliotecas de penitenciárias, bibliotecas para presos.

Targino (1997, p. 28) ao discutir o conceito da práxis profissional indica que:

Toda e qualquer prática profissional só se transforma em práxis profissional quando assume função social. A práxis profissional é sempre expressão da práxis humana, mas não é a própria práxis. À práxis profissional compete um papel revolucionário social: uma classe particular luta para emancipar a sociedade como um todo, não obstante a estratificação social, mais ou menos violenta, presente na tessitura societal.

Se por um lado é no mundo do trabalho que as chamadas práxis profissionais são desenvolvidas, por outro, são as transformações oriundas nestes ambientes, tais como especialização e fragmentação do conhecimento, divisão do trabalho e desenvolvimento de novos mercados consumidores, que irá ocasionar novos ambientes profissionais que por sua vez irão demandar o aperfeiçoamento de competências, habilidades e atitudes, e em última instância, das práxis profissionais.

Exemplo disso, são os trabalhos de Catia Lindemann e Jorge do Prado que indicam novos ambientes de atuação para o bibliotecário.

Ao mesmo tempo é necessário que ocorra consonância entre a formação e a atuação profissional:

É certo que para haver mudanças no desempenho profissional do bibliotecário, é preciso mudar o perfil dele na sua formação. A forma como se ensina precisa acompanhar as mudanças por que passa a sociedade e dar maior importância à formação empreendedora, influenciando nas competências e dando maior capacidade autônoma aos profissionais da informação (ALVES; DAVOK, 2009, p. 316).

No entanto, muitas vezes, é o mundo do trabalho que irá suscitar questões, reflexões e demandas que irão afetar e alterar a prática e arquitetura pedagógica prevista na academia. E, com a biblioteca prisional foi assim.

Sua regulamentação é prevista na Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal e torna obrigatória a presença de bibliotecas em toda e qualquer prisão. O artigo 21 do referido normativo orienta que as bibliotecas serão de uso de

todas as categorias de reclusos e devem ser providas de livros instrutivos, recreativos e didáticos. Já no artigo 21-A, inciso IV, é indicado que o censo penitenciário deverá apurar a existência de bibliotecas e as condições de seu acervo. Portanto, a existência e funcionamento da biblioteca prisional não representa uma política assistencialista, mas um direito.

Foucault indica em sua obra “Vigiar e Punir” que:

Os presidiários são seres humanos como todos nós e não merecem, qualquer tipo de punição que vá acarretar danos físicos ou psicológicos. Pelo contrário, devem ser incentivados por programas de educação, leitura e oficinas para que eles consigam mudar o comportamento que os levou a prisão e ter esperança de dias melhores. (FOUCAULT, 1987).

Da mesma forma que Foucault argumenta da importância de programas para os presidiários, existe uma lei que instituiu a Política Nacional do Livro no Brasil, a Lei nº 10.753 de 30 de outubro de 2003, reforçando a leitura e o leitor. Esta lei em seu Art. 1º, inciso I, assegura ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro, bem como no inciso X, visa instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro.

Neste mesmo sentido, Trindade aponta que:

A biblioteca prisional adquire relevância no espaço penitenciário, oferecendo aos presos informação útil, apresentando a oportunidade de aperfeiçoarem habilidades literárias, de atingirem os seus interesses culturais e de aprendizado, abrindo, com isso, uma janela para o mundo exterior. (TRINDADE, 2009, p. 47).

O já citado Censo do Sistema Penitenciário (2016) indica que existe atualmente no Brasil 1.006 estabelecimentos penais, conceituados como “todos aqueles utilizados pela Justiça com a finalidade de alojar pessoas presas”. Portanto, deveriam existir 1.006 bibliotecas, no entanto, o que se observa é que o país caminha a passos lentos e inócuos neste sentido.

Outro problema revelado pelo Censo do Sistema Penitenciário realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) através do INFOPEN - sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro - diz respeito à baixa escolarização dos apenados.

De acordo com dados de 2016, 17,75% da população prisional brasileira ainda não acessou o ensino médio, tendo concluído, no máximo, o ensino fundamental. Entre a população que se encontra no ensino médio, tendo concluído ou não esta etapa da educação formal, temos 24%. Apenas 12% da população prisional no Brasil está envolvida em algum tipo de atividade educacional, entre aquelas de ensino escolar e atividades complementares. Em relação às atividades complementares, apenas 2% da população prisional total do país encontra-se envolvida em atividades de remição pela leitura ou pelo esporte e demais atividades educacionais complementares.

Estes dados isolados ou analisados em conjunto com outras perspectivas, justificam boa parte das mazelas sociais vivenciadas em nosso país, tais como: superlotação das celas, rebeliões e reincidência no mundo do crime. Isso porque os encarcerados muitas vezes ficam sem ter o que fazer, já que a maioria das unidades prisionais não possuem capacidade de ocupá-los como, por exemplo, com a instituição de bibliotecas.

A biblioteca prisional, por ser um espaço regulamentado de atuação profissional, tem como obrigatoriedade, prevista na Lei nº 9.674/98, a necessidade de supervisão e atuação de um bibliotecário neste espaço.

Sendo assim, as 1.006 possíveis bibliotecas prisionais brasileiras também deveriam ser consideradas um importante polo de empregabilidade para bibliotecários.

A despeito do debate no campo da Educação e do Direito, a atuação em bibliotecas prisionais ainda é tema pouco explorado na literatura da área, mas tem como destaque os trabalhos de Colares e Lindemann (2015).

É importante evidenciar que nos últimos anos tem-se observado esforços em ampliar esta pauta em eventos envolvendo a comunidade biblioteconômica e a sociedade civil, como, por exemplo, no III Seminário Diálogos Biblio, cujo tema: Remição de pena e ressocialização de presos: o papel da biblioteca neste processo, ocorrido na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro em 2017 e no XXVII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBD), ocorrido na cidade de Fortaleza, Ceará em 2017, com o tema: “Objetivos para o desenvolvimento sustentável das Nações Unidas: como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030”. Neste segundo evento as bibliotecas prisionais tiveram destaque em dois momentos: em uma mesa redonda e

em um workshop, cujo tema foi acerca dos livros intramuros prisionais na rotina dos presos.

Entretanto, o presente estudo indica que é necessário ampliar ainda mais este debate e acionar os diversos setores envolvidos, tais como: a universidade – através de seus cursos de graduação em Biblioteconomia – a sociedades e os bibliotecários. Sob esta perspectiva, idealizou-se com este estudo construir respostas à seguinte questão: Como o futuro bibliotecário encara a atuação profissional em bibliotecas prisionais?

No bojo desta questão central, três outras se manifestam: O futuro profissional tem interesse em atuar neste ambiente? Independente do interesse, considera que seu curso de graduação o prepara suficientemente para atuar neste espaço? Existe nos cursos das universidades (arroladas na página 14), disciplina ou tópico dedicado ao tema bibliotecas prisionais?

Desse modo, com a intenção de construir respostas às questões citadas, estruturou-se o trabalho da seguinte maneira:

Na introdução, que constitui a primeira seção, apresentou-se a visão geral da pesquisa e a questão proposta.

Na segunda seção, foram indicados os objetivos desta pesquisa sendo eles: o objetivo geral e específicos.

Na terceira seção, abordou-se a justificativa deste estudo, a finalidade do objeto pesquisado.

Na quarta seção, foram apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para atingir os objetivos desta pesquisa, o recorte empírico, descrevendo os pressupostos da percepção de atuação dos formandos em biblioteconomia e instrumentos e etapas da coleta de dados para obter este trabalho.

Na quinta seção, foram apresentados o panorama histórico do sistema prisional mundial e na subseção é apresentado o contexto do sistema prisional brasileiro e o papel ressocializador.

Na sexta seção, foi analisado o contexto das bibliotecas prisionais, dialogando com as diretrizes da IFLA. Na primeira subseção, explorou-se, através de uma breve revisão de literatura, o percurso da biblioteca prisional no Brasil, seus benefícios, alcances e desafios; foi feito um recorte com base nos dados do DEPEN, averiguando a existência das bibliotecas prisionais em unidades do cárcere. Já na segunda subseção foram analisadas as principais bibliotecas prisionais no cenário

mundial e suas práticas, apontando as de grande destaque perante a literatura estudada, por possuírem um diferencial, tendo em vista sua importância à população carcerária.

Na sétima seção, apresentou-se o contexto de atuação do profissional bibliotecário nas bibliotecas prisionais, descrevendo o perfil elencado na literatura para atuação neste ambiente, bem como, os serviços e produtos que podem ser desenvolvidos.

Na oitava seção, exibiu-se os resultados e análise dos dados levantados. Para explorar a percepção dos formandos em biblioteconomia, organizou-se uma unidade de registro para colher dados a respeito das expectativas pós formação, habilidades e se as bibliotecas prisionais são relatadas nas universidades estudadas.

Na última seção, são apresentadas as considerações finais deste trabalho e arrolados as referências utilizadas na pesquisa e apêndice A.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

O presente trabalho tem como objetivo geral identificar se os futuros bibliotecários egressos dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF) têm interesse em atuar em bibliotecas do sistema prisional, bem como, quais as percepções deles sobre esta atuação, a partir de um questionário aplicado.

2.2 Objetivos específicos

- Verificar se os futuros bibliotecários conhecem a temática da biblioteca prisional;
- Verificar se tal temática tem sido tratada nos cursos de Biblioteconomia;
- Indicar o nível de engajamento dos futuros profissionais na popularização da temática e causa;
- Apontar a importância da biblioteca prisional;

3 JUSTIFICATIVA

O primeiro e mais próximo contato da autora com a temática biblioteca prisional ocorreu durante participação voluntária no Projeto de Extensão Teatro na Prisão coordenado pelas Professoras Natalia Fiche e Viviane Narvaes e com colaboração da Professora Maura Esandola no âmbito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

O projeto já possui 15 anos de existência e visa desenvolver ações que “contribuam com o processo de ressocialização do preso e oportunizar uma formação diferenciada para os discentes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO - envolvidos em suas ações.” (UNIVERSIDADE, 201-). Entre estas ações podemos destacar as oficinas de teatro, a recuperação e ativação da biblioteca da Penitenciária Lemos Brito (masculino) e o diagnóstico do acervo da biblioteca da Talavera Bruce (feminina).

Embora a autora desta pesquisa não tenha participado de nenhuma atividade formal do projeto, foi como ouvinte nas reuniões do mesmo que despertou para a necessidade de refletir sobre a importância da ressocialização da população privada de liberdade e ao mesmo tempo questionar como a biblioteca poderia contribuir com este ideal.

Diante disto, pesquisou sobre os fatores que contribuem na ressocialização do preso e o papel que a biblioteca poderia assumir neste processo. Ao mesmo tempo, questionou o porquê do tema biblioteca prisional e atuação profissional neste ambiente ser tão pouco debatido no curso de Biblioteconomia.

Desta forma, pesquisou sobre a temática e as fontes de informação iniciais foram matérias e artigos científicos recuperados em busca online e também conversas com professores. Após, com mais conhecimento teórico, realizou uma visita à biblioteca prisional do antigo hospital psiquiátrico prisional Heitor Carrilho, localizado no Rio de Janeiro. Neste local verificou o importante trabalho realizado pela instituição que visa recuperar as memórias do local e catalogar as fichas dos ex-pacientes.

No entanto, o real despertar para aprofundamento na temática estudada, infelizmente ficou de fora das salas de aula. Somente durante o III Diálogos Biblio desenvolvido pela Revista Biblio em conjunto com a bibliotecária Cátia Lidemann que foi possível a escolha pelo tema bibliotecários no ambiente prisional.

Sendo assim, essa pesquisa pretende contribuir para os futuros estudos sobre o tema e para evidenciar aos estudantes de biblioteconomia a importância de se engajarem no desenvolvimento da biblioteca prisional, bem como, para despertar que esta atuação os pertence e deve ser explorada.

4 METODOLOGIA

A metodologia representa o caminho percorrido pelo pesquisador para atingir os objetivos da pesquisa. Para tanto, é necessário que simultaneamente inclua:

a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). (MINAYO, 2008, p.14).

Neste sentido, Gil (2008) sustenta que a metodologia não se resume ao uso de técnicas de pesquisa, inclui também os passos perseguidos para construir o conhecimento acerca de um objeto, campo ou população. Ademais é balizada pelo princípio da verificação, ou seja, ao reproduzir os mesmos passos os resultados devem ser idênticos ou pelo menos o mais próximo possível.

Este estudo buscou selecionar procedimentos metodológicos que pudessem orientar a obtenção dos dados e também que espelhassem o referencial teórico em que este estudo se apoiou para sua construção e desenvolvimento.

Portanto, nesta seção são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para atingir os objetivos, a modalidade de pesquisa, a definição do campo empírico, os critérios para coleta e análise dos dados, além das possíveis limitações para a coleta dos dados.

4.1 Modalidade da pesquisa e definição do campo empírico

A pesquisa se caracteriza como sendo de caráter bibliográfica e de campo (quanto à fonte de coleta dos dados), exploratória (quanto ao seu objetivo), e, do ponto de vista da análise dos dados e demonstração dos resultados, com abordagem qualitativa e quantitativa.

A pesquisa se caracteriza como bibliográfica apoiada na perspectiva de Fonseca (2002, p. 176), que esclarece:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o

assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

As bases teóricas deste estudo foram construídas por meio de uma revisão de literatura, com auxílio de bibliografias e fontes secundárias, como: livros, matérias de jornais, blogs, artigos científicos e legislações, sendo recuperados na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), Portal de Legislação do Senado Federal e Google Acadêmico.

Nestas bases os termos adotados para pesquisa foram: Biblioteca prisional, Biblioteca em prisões, Bibliotecário prisional, Bibliotecário e prisão, Bibliotecário de prisões, Bibliotecário e penitenciária; Biblioteca carcerária, Bibliotecas de cárceres, Bibliotecas de centros penitenciários, Bibliotecas de penitenciárias e Bibliotecas para presos.

Evidencia-se a falta de estudos provenientes da área de Biblioteconomia e/ou Ciência da Informação interessados em averiguar se os estudantes de biblioteconomia estão sendo preparados para atuar também em estabelecimentos prisionais e igualmente documentos que tratem especificamente dos benefícios da biblioteca prisional e especificamente sobre a atuação do bibliotecário no sistema prisional.

A caracterização exploratória (quanto ao objetivo) apoia-se em Vergara (2013, p. 13), que indica que uma pesquisa é considerada exploratória “quando é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”.

Igualmente tem caráter exploratório quando o pesquisador busca se familiarizar com o tema e conhecer o universo pesquisado. Para Gil (2008) este tipo de estratégia proporciona maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, sendo o objetivo principal, aprimorar ideias ou descoberta de intuições. Ademais, possui planejamento flexível, possibilitando a consideração dos mais variados aspectos ao fato estudado.

O ponto de partida exploratório foram questionamentos acerca da atuação do profissional bibliotecário no sistema prisional e o pouco conhecimento dos estudantes de biblioteconomia acerca do tema biblioteca prisional.

A pesquisa em tela também se caracteriza como de campo porque realiza coleta de dados junto a pessoas, no caso os estudantes de bacharelado e licenciatura em Biblioteconomia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

O grupo de pessoas foi escolhido de forma intencional pois visa compreender o posicionamento de discentes do mesmo estado da autora deste trabalho.

Do ponto de vista da análise dos dados e demonstração dos resultados tem-se uma abordagem quantitativa e qualitativa. A primeira traduz os resultados da pesquisa em números e foi obtido através da aplicação de questionário, já a abordagem qualitativa, traduz os resultados de pesquisa em conceito e ideias.

O uso de métodos quantitativos tem o objetivo de trazer à luz indicadores e tendências observáveis ou produzir modelos teóricos de alta abstração com aplicabilidade prática”, enquanto que as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos. (MINAYO 2007, p.17).

Na pesquisa aplicamos um questionário com 22 questões abertas e fechadas, afim de analisar o conhecimento e posicionamento dos estudantes acerca da temática enfrentada.

4.2 Definição de critérios para a coleta e análise dos dados

O questionário (Apêndice A) foi criado a partir da plataforma Google Forms e disponibilizado aos alunos via postagem direta em grupos privados de alunos dessas universidades na rede social Facebook. Na postagem foi enviado o link para acesso ao questionário, um texto explicativo sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, além da identificação à Escola de Biblioteconomia da UNIRIO, ao qual a autora é vinculada.

Optou-se por realizar a coleta de dados através de questionário visto que este instrumento é de fácil operacionalização, podendo ser aplicado a uma amostra de grande dimensão, num curto espaço de tempo. Além disso, amparou-se em Gil (2008) que indica que o questionário é um bom instrumento de pesquisa quando o campo empírico a ser investigado está em áreas geográficas distintas e precisamos

atingir um maior número de pessoas. Já a opção por aplicação via internet, fazendo uso de mídias sócias se fundamenta em Vergara (2011, p. 51) ao indicar que “[...] o questionário pode ser enviado pelos Correios, por alguém que se disponha a fazê-lo ou pode ser apresentado na mídia eletrônica”.

Os 3 grupos nos quais o instrumento foi aplicado são: **Agitando a Unibib** - destinado aos alunos da UNIRIO; **Biblioteconomia e Gestão de Unidade de Informação – UFRJ**, destinado aos alunos da UFRJ e **Biblioteconomia UFF**, destinado aos alunos da UFF. Juntos estes grupos reúnem 5.214 alunos até o dia 20 de maio 2018.

Algumas limitações ocorreram em relação ao envio dos questionários, tendo em vista a autora não ser membro do grupo das universidades da UFF e UFRJ, precisando enviar solicitações para participar dos grupos e entrar em contato com os administradores, mas a mesma conseguiu autorizações necessárias para ser membro e aplicar o questionário. É importante apontar que tais limitações não implicaram no resultado da pesquisa.

O período de coleta dos dados ocorreu entre os dias 3 de maio de 2018 e dias 20 de maio de 2018, no final deste período obteve-se 154 respostas.

Aplicou-se este instrumento aos alunos indicados buscando explorar, ainda que de forma sucinta, como o futuro bibliotecário encara a atuação profissional em bibliotecas prisionais? Além disso, investigou-se seu conhecimento sobre a temática biblioteca prisional, seu interesse em atuar neste ambiente e por último, se durante o seu curso a temática foi/é discutido em disciplina ou tópico.

As perguntas abertas do questionário atendem interesses de percepção sobre a atuação. Já as questões fechadas permitem obter um painel sobre a discussão do tema e contato com a temática ao longo do curso.

Para analisar os dados coletados verificou-se que seria necessário adotar uma técnica de análise de dados. De acordo com Marconi e Lakatos (2006, p.62), “técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que serve uma ciência ou arte; e a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática”. Em relação às formas que os processos de análise de dados quantitativos podem assumir, tomando como referência Gil (2008), que observa que boa parte das pesquisas assume os seguintes passos: estabelecimento de categorias; codificação e tabulação e análise estatística dos dados.

Para as categorias de análise o questionário foi dividido em três seções, a saber: **identificação da população** correspondendo às questões 1 a 3; conhecimento prévio sobre a temática correspondendo às questões 4, 9, 10 (quando aplicável), 12, 13 (quando aplicável) e 14 (quando aplicável); **verificação se o tema foi/é tratado durante o curso de graduação** correspondendo às questões 5, 8, 13, 14 (quando aplicável), 15 e 20; **percepções sobre a atuação profissional em bibliotecas prisionais** correspondendo às questões 5, 7 (quando aplicável), 8, 11, 16, 17, 18, 19 (quando aplicável), 21 e 22.

Para tabulação dos dados as respostas foram exportadas do google forms para o formato excel e recortou-se as respostas discursivas para o formato word. É importante dizer que o Google forms já oferece os dados com tratamento matemático em percentuais, inclusive oferece gráficos.

Considera-se o número total de respondentes como 100% da análise e a partir daí foi feita a estratificação.

No entanto, é importante apontar que na análise estatística de algumas questões foi admitido um tratamento diferenciado, ou seja, não foi apenas indicada a quantificação. Por exemplo, a questão 15 recebeu uma ordenação do grau de concordância com uma assertiva: concordo totalmente, concordo parcialmente, não concordo nem discordo (indiferente), discordo parcialmente, discordo plenamente. Já a questão 20 recebeu uma classificação, que ia do 1 ao 10.

Para a análise das questões 10, 14 e 19, que admitiam respostas discursivas foi selecionada a técnica análise de conteúdo, definida por Vergara (2013, p. 15), “[...] uma técnica para o tratamento de dados que visa a identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema”.

Para tanto, foram utilizadas as etapas indicadas como necessárias por Bardin (2011), são elas:

- a) pré-análise: “é a fase de organização propriamente dita”; b) exploração do material ou fase de codificação; c) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação e a interpretação é a fase na qual os resultados em bruto são tratados de maneira a serem significativos e válidos. (BARDIN, 2011, p.125).

Desta forma, iniciou-se recortando as respostas das questões discursivas. Ainda na fase de pré-análise procedeu-se uma leitura flutuante com vistas a entender um pouco melhor estas respostas. Este tipo de leitura é descrita pela literatura como aquela que serve de referência a este estudo, como sendo para

“estabelecer contato com os documentos a analisar e conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações”, representando um bom guia para a categorização de pesquisas (BARDIN, 2011, p. 122).

Já para a consecução da segunda fase que trata da exploração do material, foi realizada uma indicação de partes das respostas e depois a decomposição em seções menores.

Na última fase procedeu-se à interpretação dos dados. É importante indicar que tal análise impõe certa limitação, haja vista que é a primeira vez que a autora do estudo realiza uma análise desta natureza e ao mesmo tempo trata-se de um processo interpretativo humano, onde pode ou não ocorrer submissão de juízo em dada interpretação. Logo podem ter ocorrido eventuais inconformidades entre os dados expostos e a forma como foram entendidos e apresentados neste trabalho.

5 SISTEMA PRISIONAL

Antes de tratar do objeto central deste estudo, deve-se traçar um panorama histórico acerca do sistema prisional mundial e em uma subseção dedicou-se ao contexto carcerário brasileiro.

De acordo com Capez (2007) a prisão é a privação de liberdade de locomoção determinada por ordem de uma autoridade, um castigo imposto pelo Estado ao condenado por prática de infração penal, para que este possa se reabilitar, por meio de uma ordem judiciária. Chiaverini (2009, p. 9) apresenta o conceito de prisão, “como contentação do homem em um espaço delimitado durante um lapso de tempo”.

Já o termo penitenciária surge em um contexto em que a Igreja punia seus fiéis com a pena da “penitência” que eram cumpridas em celas, onde eram “privados da liberdade e isolado de qualquer contato humano, sofrendo e meditando, a alma do homem se depura, se regenera e se penitencia” (SILVA, 2009, p. 12).

Diante deste cenário observou-se que na medida que se aplicavam penas corporais, desperdiçava-se força de trabalho, o que ocasionou no surgimento das prisões e sistemas prisionais:

Em razão disto começou a ser efetuada a prisão compulsória de vagabundos e mendigos, para que abandonassem o ócio e comesçassem a produzir. Dessa forma, dois fatores fizeram com que surgisse a pena privativa de liberdade: a prisão para penitenciar; e, o desperdício de mão-de-obra. (SILVA, 2009, p. 12).

Trindade (2009, p. 46) declara:

As prisões nasceram com intuito inicial de punição e humilhação, com o passar dos tempos seu conceito transformou-se, passando a ser um local que, apesar de ser considerado, no Brasil, mero depósito de presos, intencionam punir o indivíduo que tenha infringido a leis e ressocializá-lo para o regresso à sociedade. Assim, as bibliotecas de estabelecimentos prisionais, quando existentes, exercem um papel de extrema importância nesse contexto de ressocialização do preso.

Embora Trindade (2009) aponta o papel de ressocialização das prisões, esse papel não tem sido cumprido, antes de avançar, se faz necessário demonstrar o panorama histórico das prisões.

5.1 Panorama histórico do sistema prisional

As prisões no período Medieval eram utilizadas como função preventiva, coercitiva e repressiva para pressionar os indivíduos a cumprir com suas obrigações, como: pagamento de dívidas e compromissos sociais.

Com as Ordenações Manuelinas (período de elaboração e normatização das leis em Portugal de 1512 a 1595), a pena repressiva era rara, assim como nas Ordenações Filipinas (1603-1867), ambas mantinham o caráter de uma prisão de prevenção e coercitiva (TRINDADE, 2009).

Até o período do século XVIII, a punição ocorria por meio de castigos corporais em praça pública, no qual o condenado tinha seu corpo espancado, dependendo do teor deste castigo o mesmo poderia ter a pena de morte, servindo de exemplo à sociedade. O corpo deixou de ser o foco de punição e a alma do indivíduo tornou-se o objetivo como forma de criar penas privativas de liberdade, no qual o indivíduo realizava atividades de trabalho e disciplina para que fossem ressocializados, no final deste mesmo século. Observa-se que o delituoso é visto como um objeto de submissão e ao mesmo tempo, um exemplo instrutivo para a sociedade, apresentando assim a efetivação do poder.

No século XIX o discurso sobre a punição mudou, neste momento acreditava-se que a pena e a prisão detinham o papel de transformar o indivíduo. A pena de morte passou a ser vista como uma medida inapropriada, aboliu-se, dentre outros, a marca de ferro e chicotes, objetos que caracterizavam a repressão no século anterior. A partir deste momento a prisão privativa de liberdade, desempenha a função de garantir segurança pública e agir na reinserção do apenado.

Essa inovação continuou ocorrendo no século seguinte, o século XX, no qual a prisão teve espaço internacionalmente, levando a reflexão de diversos profissionais em debates acerca da temática, onde o direito penal, como forma de cumprir pena em um estabelecimento prisional, com caráter de reeducação veio para ficar.

Assim, a punição passa não só a se destinar a sancionar a infração, mas a controlar o indivíduo, a neutralizar sua periculosidade, a modificar suas disposições criminosas, cessando somente após obtenção de tais modificações. (FOCAULT, 1999, p. 20)

Para Foucault (1987, p. 224), é preciso que sejam respeitados sete itens fundamentais para manter o ideal de um sistema penitenciário. São eles:

- 1) A detenção penal deve ter por função essencial a transformação do comportamento do indivíduo.
- 2) Os detentos devem ser isolados ou pelo menos repartidos de acordo com a gravidade penal de seu ato, mas principalmente segundo sua idade, suas disposições, as técnicas de correção que se pretende utilizar para com eles, as fases de sua transformação.
- 3) As penas, cujo desenrolar deve poder ser modificado segundo a individualidade dos detentos, os resultados obtidos, os progressos ou as recaídas.
- 4) O trabalho deve ser uma das peças essenciais da transformação e da socialização progressiva dos detentos. O Trabalho não deve ser utilizado como uma agravação da pena, mas sim como uma suavização cuja privação seria totalmente possível.
- 5) A educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação com o detento.
- 6) O regime da prisão deve ser, pelo menos em parte, controlado e assumido por um pessoal especializado que possua as capacidades morais e técnicas de zelar pela boa formação dos indivíduos.
- 7) O encarceramento deve ser acompanhado de medidas de controle e de assistência até a readaptação definitiva do antigo detento. Seria necessário não só vigiá-lo à sua saída da prisão, mas prestar-lhe apoio e socorro.

Os itens listados por Michael Foucault deveriam servir de base para se estabelecer o sistema prisional, haja vista que sua perspectiva propõe o diálogo entre as práticas de ressocialização do indivíduo encarcerado com as medidas de proteção de todos que atuam neste ambiente. No entanto, a própria visão do propósito da prisão foi se modificando ao longo do tempo:

Até 1800: a prisão estava ligada aos castigos, à degradação pública, ao exílio e à pena de morte.
De 1800-1870: a privação da liberdade torna-se a principal pena. Esperava-se que o detido corrigisse o seu comportamento através do isolamento total, meditando e recebendo boas influências morais.
De 1870-1890: foi incorporado o princípio da reabilitação, conduzindo a uma libertação antecipada em função do comportamento.
De 1890-1930: aposta no trabalho para produzir resultados nos comportamentos dos reclusos – chave de reeducação.
De 1930-1970(80): introdução de novos métodos baseados nas ciências do comportamento – contributo da sociologia e da psicologia. (EIRAS, 2007, p. 02-03)

No século XXI o debate acerca do sistema prisional e suas mazelas entram em destaque nas pautas jornalísticas e são questionados nas mídias sociais. Os avanços em infraestrutura e políticas de ressocialização alcançados em outros países não são percebidos no Brasil. Emerge-se a ideia de que uma política pública prisional caiu no esquecimento perante ao Estado.

Neste sentido, o sistema prisional vem sendo paulatinamente sucateado, presidiários e profissionais atuantes nos estabelecimentos prisionais são obrigados a lidar com a superlotação dos presídios, falta de recursos, problemas de saúde e insegurança. Mas sem dúvida, o maior problema enfrentado pela população apenada é o preconceito que muitas das vezes o impedem de recomeçar.

O preconceito praticado pela sociedade por não confiar no indivíduo encarcerado, independente do crime por ele cometido, e, por muitas vezes, julgar que este cidadão não poderia ser recuperado e reinserido na sociedade.

Desta forma, é evidente que o processo de ressocialização é complexo, envolve múltiplos atores e precisa ser debatido.

5.2 Sistema prisional no Brasil e o papel ressocializador

O primeiro registro de uma organização prisional no Brasil é de 1551. Quando segundo Macri e Salazar (2005, p. 53) “os criminosos eram recolhidos nas Câmaras Municipais em celas separadas por grades e mantinham contato com transeuntes”.

No entanto, somente em 1769 que o primeiro estabelecimento prisional foi construído. Tal instituição foi denominada de Casa de Correção do Rio de Janeiro ou Casa de Correção da Corte, sendo ao ar livre, onde os apenados eram misturados e tinham seus pés presos a correntes e militares faziam a segurança, quando necessário se reprimia com chicotes.

Em 1824, com a primeira Constituição no Brasil, foi exigido o fim das práticas punitivas como uso de açoites, torturas e penas cruéis, estabelecendo que as cadeias deveriam ser seguras e limpas. Já os réus deviam ser separados de acordo com a natureza de seus crimes, o que foi um problema, pois na prática a lei não era aplicada.

Em 1830, ocorreu a criação do primeiro Código Criminal Brasileiro, introduzindo pena de prisão no Brasil, no entanto, o normativo não especificava

como esta deveria ser aplicada. Deixando, portanto, a cargo de cada governo a escolha do tipo e seus regulamentos.

Segundo Trindade (2009) atualmente, os presídios brasileiros se transformaram em “depósitos” de preso, o descaso com esta população é drasticamente perceptível, verificando que a Lei nº 7.210 criada de 11 de julho de 1984, denominada como LEP – Lei de Execuções Penais, não é cumprida ou é cumprida parcialmente.

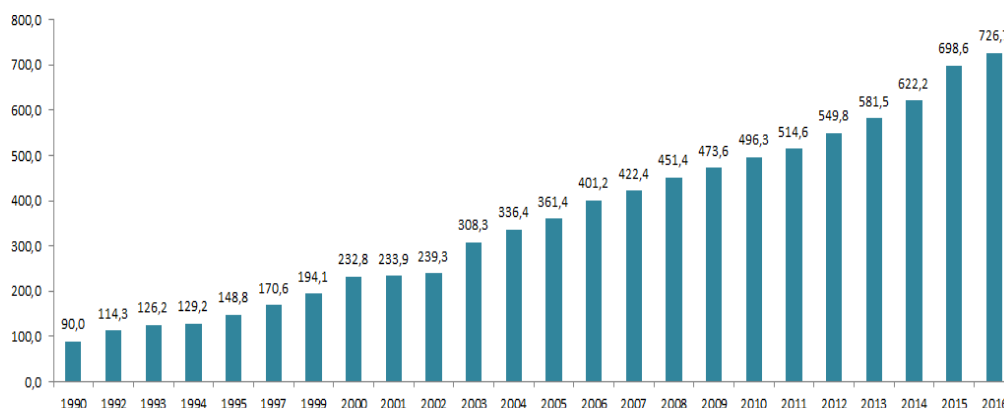
A LEP tem a finalidade de realizar os preceitos legais a respeito de sentenças ou decisões criminais e oferecer condições harmônicas para bem-estar do sentenciado e do internado. Ela estabelece em seu Art. 10º que é dever do Estado a reinserção social do preso, a prevenção contra a reincidência e a assistência necessária para que esta reinclusão seja efetivada, através de assistência prevista no artigo 11, ou seja: *“assistência dos tipos: I - material; II - à saúde; III - jurídica; IV - educacional; V - social; VI – religiosa”*.

No que tange a assistência educacional, ressalta-se o disposto no Art. 21: “Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.” Desta forma, o preconizado no artigo 21 se desenvolve como objeto dessa pesquisa e apresentar-se-á a operacionalização, meandros e dilemas que levam à rara reintegração do preso.

Segundo Gomes (2011), o Brasil é o campeão do mundo em crescimento populacional carcerário, de 1990 a 2010 aumentou 450%. Nenhum outro país do mundo, nem sequer os EUA, que continuam com o maior número de presidiários do planeta (mais de 2 milhões), aumentou tanto como o Brasil. Mais de 40% da população carcerária são presos provisórios, ou seja, são aqueles que aguardam uma condenação definitiva, e enquanto eles estão em suas celas, o número de casos julgados evolui com morosidade.

Em 2016, o Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Prisional Brasileiro (INFOPEN), que sintetiza informações sobre os estabelecimentos penais e a população prisional, junto com o DEPEN, realizaram um relatório com objetivo de melhorar a gestão da informação e política penal brasileira. De acordo com estes dados, a população prisional brasileira registrou um aumento de 707% em relação ao total registrado no início da década de 90. Pode-se observar a evolução dessa população entre 1990 e 2016, conforme o gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 – Evolução da população prisional brasileira (1990-2016)



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública (2017, p. 9).

Já no quadro 1, observa-se a capacidade dos presídios brasileiros, quanto sua ocupação total, a taxa de lotação pelo sexo dos internos por região, sendo possível prever através dos dados a situação precária, desumana que estes indivíduos estão submetidos, de acordo com o relatório do Conselho Nacional do Ministério Público, publicado em 2016.

Quadro 1 – Capacidade, ocupação total e taxa de lotação pelo sexo dos internos por região, 2014-2015.

Estados	2014						2015					
	Homem			Mulher			Homem			Mulher		
	Capacidade	Ocupação	Taxa de Lotação	Capacidade	Ocupação	Taxa de lotação	Capacidade	Ocupação	Taxa de lotação	Capacidade	Ocupação	Taxa de lotação
CENTRO-OESTE	25.590	44.325	173,21%	2.563	3.043	118,73%	27.760	50.778	182,92%	2.666	3.593	134,77%
NORDESTE	37.595	67.009	178,24%	2.610	4.407	168,85%	44.396	82.541	185,92%	3.100	5.467	176,35%
NORTE	17.801	30.149	169,37%	1.478	2.223	150,41%	24.393	36.261	148,65%	1.867	2.147	115,00%
SUDESTE	175.669	288.590	164,28%	14.629	17.739	121,26%	186.485	303.710	162,86%	15.880	18.191	114,55%
SUL	47.327	58.797	124,24%	3.848	3.855	100,18%	49.876	60.485	121,27%	3.227	3.646	112,98%
BRASIL	303.982	488.870	160,82%	25.128	31.267	124,43%	332.910	533.775	160,34%	26.740	33.044	123,58%

Fonte: Conselho Nacional do Ministério Público (2016, p. 39).

Segundo dados do Levantamento de Informações Penitenciárias (2016) o Brasil conta com a terceira maior população penitenciária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos (2.145.100 presos) e China (1.649.814 presos). Trindade (2009) aponta ainda que o Brasil possui um dos piores sistemas prisionais do mundo, onde prevalece a cultura do “salve-se quem puder” diante de precárias condições de higiene, alimentação, segurança, educação e trabalho.

Neste sentido, são raras as oportunidades e iniciativas de ressocialização que o ambiente prisional brasileiro oferece. As práticas previstas na Lei de Execução Penal embora normativas não são cumpridas pelo Estado.

O Ministério da Justiça (2006, documento não paginado) afirma:

Embora a Lei de Execução Penal garanta ao preso o direito à educação, apenas 18% da população prisional brasileira desenvolve alguma atividade educativa durante o cumprimento da pena. As estatísticas relacionadas aos presos que trabalham também são desanimadoras - 70% deles vivem na mais absoluta ociosidade.

De acordo com Silva Júnior (2015) todo o sistema e todas as políticas penitenciárias devem estar voltados a esse fim: ressocializar o condenado para que retorne à sociedade em condições de conviver sem praticar novos delitos.

Segundo Trindade (2009, documento não paginado) “Ressocializar é ensinar o indivíduo para que compreenda seus direitos e deveres na sociedade e sua importância frente a ela, através da educação conseguimos atingir este objetivo.”

No entanto, a tão sonhada prática de ressocialização é um fenômeno complexo, com múltiplos elementos articulados e que demanda esforços de natureza pessoal do detento, profissional, cultural, educacional e humanística.

Desta forma para os que pretendem atuar como profissionais de instituições penais, colaborando para este processo de ressocialização, Khury (2012, p. 64) ressalta que:

Os que pretendem ressocializar o preso durante o cumprimento de pena privativa de liberdade se esquecem que é preciso também mudar a sociedade onde este preso voltará, pois vivemos em uma sociedade estigmatizante, na qual aquele egresso do sistema prisional não é digno de confiança, é deixado de lado, tornando absolutamente inútil qualquer esforço pessoal do condenado, ou do estabelecimento prisional no sentido de melhoramento do preso.

Colocadas tais questões, a próxima seção apontará como as bibliotecas prisionais podem colaborar na tarefa de ressocialização e em muitas outras e, sobretudo, como sua operacionalização é um atendimento legal previsto na LEP e portanto, não figura como atividade assistencialista.

6 BIBLIOTECAS PRISIONAIS

A implantação de bibliotecas em estabelecimentos prisionais apresenta-se como uma importante alternativa para a inserção dos indivíduos encarcerados na sociedade. Ela oferece meios para que eles ocupem a mente em uma atividade prazerosa, despertando-os para o aprendizado, hábito da leitura, enriquecimento cultural e social. Registros mostram que por volta do século XIX começaram a surgir os primeiros programas de leitura nas prisões, conforme demonstra Perez-Pulido (1997 apud JOHN, 2004, p. 55):

O início dos programas de leitura nas prisões ocorreu em 1870, a partir do Congresso Nacional de Prisões, em Cincinnati, nos Estados Unidos. Conforme a autora, —a partir desse momento, a educação passa a ser uma parte integral das técnicas de reabilitação e inserção dos detentos. A autora descreve ainda que em 1915 a American Library Association (ALA) lançou as primeiras normas para bibliotecas em prisões americanas, normas que foram atualizadas em 1981 definindo o —serviço bibliotecário das prisões como um suporte e uma oportunidade para o programa total de reabilitação.

De acordo com Trindade (2009) as bibliotecas prisionais são instituições imprescindíveis ao suporte educacional, social e cultural do apenado. O autor assinala a importância e papel da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) como o principal órgão interessado e que se ocupa em definir as diretrizes para o estabelecimento e funcionamento de bibliotecas no âmbito prisional.

Tais diretrizes servem à criação de políticas públicas que orientem as práticas de leitura, educação e acesso à informação ocorridas no âmbito de bibliotecas do sistema prisional.

Com base nas diretrizes expostas pela IFLA, a biblioteca prisional deve ser constituída semelhante às bibliotecas públicas, universitárias e escolares, no aspecto referente às instalações e equipamentos, esta deve possuir, conforme a IFLA (2007, p. 8, tradução nossa):

Iluminação adequada para a leitura, uso de computadores e outras funções específicas da biblioteca;
Tratamento acústico nas paredes, piso e teto;
Controle de temperatura (ares condicionados, ventiladores);
Controle visual de toda área da biblioteca;

- Espaço para armazenamento de material que possa ser fechado com chave;
- Capacidade de carga suficiente nas estantes;
- Tomadas elétricas suficientes para localizar os equipamentos técnicos e eletrônicos necessários;
- Telefone para comunicar-se com o exterior;
- Sistema eletrônico de comunicação para emergência.

De modo indicativo a IFLA (2007) sugere que as instalações das bibliotecas no ambiente prisional sigam os mesmos critérios e modelos das Bibliotecas Públicas. Especificamente no que tange à infraestrutura, atividades e estrutura organizacional, o órgão recomenda a instalação de:

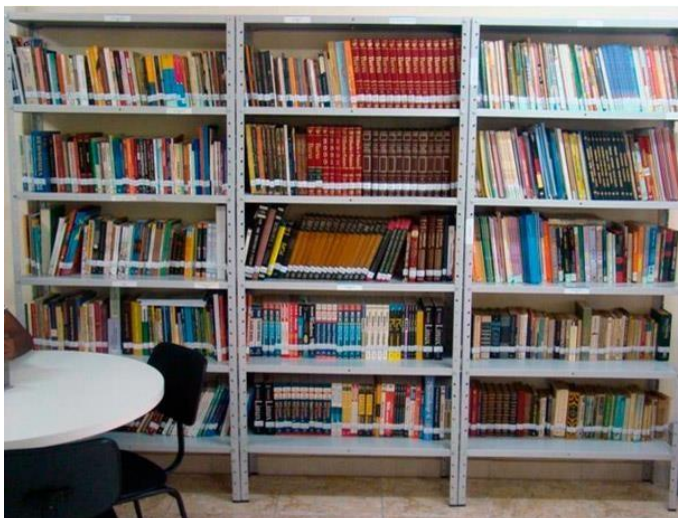
- Centro de referência com mesa e ficheiros;
- Busca de referências;
- Oficina da biblioteca;
- Área administrativa para o processamento técnico e onde deve-se colocar os computadores, estantes, armários, mesas e etc.;
- Estantes para os materiais da biblioteca (livros, revistas, periódicos, materiais audiovisuais)
- Área de exibição para livros e materiais de exposição;
- Mesas e salas de leitura;
- Computadores para os usuários;
- Área para atividades em grupo. (IFLA, 2007, p. 8, tradução nossa).

No entanto, o que se verifica na prática são bibliotecas mal instaladas, quase sempre funcionando em espaços mínimos cedidos ao fim. Sendo assim, infelizmente muitas operam como salas de depósito de documentos ou coleções de doações inadequadas aos objetivos a que se propõe.

Lindemann (2016) descreve algumas particularidades do ambiente arquitetônico de uma biblioteca prisional, por exemplo: as estantes devem ser encostadas nas paredes, não podendo ser dispostas paralelamente e conseqüentemente formando corredores, porque os agentes penitenciários devem ter uma visão ampla de todo espaço destinado à mesma, bem como, da circulação e ação dos utentes apenados.

Nas figuras 1 e 2, a seguir, torna-se mais claro, a correta acomodação do mobiliário, visando a segurança.

Figura 1 – Biblioteca Prisional: disposição do mobiliário



Fonte: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária ([201-?]).

Figura 2 – Biblioteca Prisional: instalação e presos lendo



Fonte: Brito (2013).

De acordo com Eiras (2007, p. 5) as bibliotecas de estabelecimentos prisionais possuem duas hipóteses quanto ao modelo de gestão e funcionamento, sendo elas: o modelo autônomo e o modelo em parceria.

No modelo autônomo são previstas 7 áreas, sendo elas: acesso, gestão e administração, recursos humanos, coleções, infraestruturas e equipamentos, financiamento e serviços. O quadro 2, abaixo, apresenta as categorias necessárias elencadas neste modelo.

Quadro 2 – Categorias do modelo autônomo

FUNCIONAMENTO	COMPOSIÇÃO DO ACERVO	INFRAESTUTURA	FINANCIAMENTO	SERVIÇOS
<p>Regime de livre acesso; Todos os dias; Até 5 horas por recluso ou em alternativa permitir o acesso de 50 livros por recluso por mês, 100 livros com acesso semanal ou em alternativo o acesso a uma lista de 300 livros com distribuição semanal</p>	<p>Mais de 5.000 títulos ou 15 por recluso até 2.500 reclusos. Publicações periódicas devem estar disponíveis mais de 50 títulos ou 10 por recluso. Os CD's devem existir na relação de 100 títulos mais 1 por cada 5 reclusos. Por fim, quanto os vídeos e DVD's deve ser acutelada a existência de mais de 20 títulos ou 1 por cada 30 reclusos.</p>	<p>Estantes; Mesas; Cadeiras para leitura; Iluminação; Ventilação. Devem ser previstos 15 m² por cada 1.000 volumes, 3 m² por cada lugar sentado, 1 m² por recluso e mais 20 m² por cada 100 reclusos. 10 % de lugares sentados até 500 reclusos, 50 % de lugares sentados até 1000 reclusos e mais 10 % por cada 500 reclusos.</p>	<p>Prevê a aquisição de 2 livros por cada recluso ao ano e mais 20 % para perdas, da mesma forma deve ser previsto o aumento de 0,2 % de periódicos por recluso ou 10 assinaturas por ano, bem como 0,2 % de documentos audiovisuais por recluso ao ano</p>	<p>Empréstimo Atividades formativas</p>

Fonte: Eiras (2007, documento não paginado).

Já o modelo Parceria, estabelece:

A biblioteca de estabelecimento prisional funciona em articulação com a Biblioteca Pública local através dos seus serviços de extensão bibliotecária. Tal como sugere o Manifesto da UNESCO para as Bibliotecas Públicas “serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo, minorias linguísticas, pessoas com deficiências, hospitalizadas ou reclusas. (EIRAS, 2007, documento não paginado).

Outra particularidade das bibliotecas prisionais diz respeito ao preconizado nas Segunda e Terceira Lei de Ranganathan (1931), respectivamente: ***Para cada livro seu leitor e Para cada leitor o seu livro***. Neste sentido, o desafio é constituir, quase sempre, em uma pequena coleção os itens que satisfaçam as necessidades dos apenados, bem como, proporcionar ao livro o encontro com o leitor que pode resignificá-lo.

No entanto, é importante lembrar o que orienta Vogel (2009, p.42), “livros que não circulam tem um peso muito grande em uma pequena coleção, qualquer coisa não é melhor do que nada nas bibliotecas prisionais”. Portanto, a prática de recebimento de doações sem o estabelecimento de critérios adequados deve ser combatida.

Carvalho (1965 apud por TRINDADE, 2009) recomenda que os acervos de bibliotecas prisionais sejam planejados, formados e desenvolvidos a partir dos princípios de formação e desenvolvimento de coleções previstos na teoria biblioteconômica e sugere a inclusão de algumas tipologias, a saber: documentos de direito, antropologia, sociologia, religião, auto-ajuda, romances, jornais, revistas, obras de referências, material de alfabetização entre outros suportes. Como em qualquer unidade de informação, o acervo deve ser salvaguardado com zelo, preservado e atualizado.

Outro desafio das bibliotecas prisionais é a conscientização de que o acervo deve ser utilizado para fins de atendimento às necessidades informacionais, educacionais e culturais desses indivíduos que se encontram privados de liberdade. Neste sentido, campanhas de conscientização coletiva, bem como, ações de engajamento devem estar na rotina diária da UI, mas é importante afirmar que isso não elimina a possibilidade de um uso inadequado, tal como ocorreu na biblioteca prisional de Oregon, localizada nos Estados Unidos, onde infelizmente os livros de capa dura que possuíam espaço vazio entre o miolo, a costura e lombada, foram utilizados como esconderijo de armas e drogas.

No que tange ao aspecto do acervo da biblioteca prisional Costa (2009, p. 53) afirma:

A biblioteca prisional é uma biblioteca com objetivos e serviços semelhantes a qualquer outra, apenas difere no tipo de usuário, no caso, delinquentes condenados pelos mais diversos crimes, e também na seleção do acervo, que deve ser criteriosa, sob o perigo

de colaborar para algum plano indevido [...] quanto á seleção do acervo um dos critérios fortes é a censura, onde geralmente livros com depoimentos sobre fugas, crimes, aventuras ou espionagem são proibidos de compor o acervo.

De acordo com Lasso de La Vega (1952) o bibliotecário atuante no sistema prisional deve averiguar as preferências de leitura de sua comunidade usuária visando identificar os gostos, preferências e objetivos de vida. E, conseqüentemente, oferecendo serviços e produtos adequados. Lasso de La Vega (1952) recomenda que o acervo não apresente obras de tramas depressivas, sexuais, infelicidade, deformidades físicas e histórias de medo e terror e sugere alguns critérios para o desenvolvimento de uma boa coleção:

- 1) Los libros deben ser recreativos, prácticos e inspiradores de ideias y pensamientos generosos y elevados
- 2) Devem ser alegres
- 3) No debe hacer peso muerto
- 4) Debe incluirse entre ellos um buen número de literatura optimista y juvenil
- 5) No deben faltar libros em idiomas extranjeros. (RENDINGER, 19- apud LASSO DE LA VEGA, 1952, p. 645)

O autor ainda destaca para o setor feminino, é importante ter livros de cozinha, jardinagem, economia doméstica, biografias de mulheres ilustres e heroínas, entre outras obras. Tendo em vista, que a maioria da comunidade usuária, é de baixa renda, com pouca escolaridade e nível de cultura geral, o bibliotecário deve oferecer indicações de leituras e desenvolver programas de letramento e competência em informação.

Já para a IFLA (2007, p. 12-13, tradução nossa) a coleção da biblioteca deve incluir os seguintes tipos de materiais:

- Obras de consulta geral;
- Ficção, incluindo uma ampla gama de gêneros (romance, mistérios, polícia, de ficção científica, etc.);
- Biografias;
- Materiais de leis (para satisfazer as necessidades de informação e os requisitos exigidos pela Constituição ou a Tribunal);
- Informação social (folhetos, diretórios, guias, etc. para o pré-planejamento da liberação e procura de emprego);
- Jogos (para a educação e entretenimento);
- Poesia;
- Materiais de leitura, escrita e matemática (para melhorar estas habilidades);

Periódicos (para todos os detentos para que eles sejam informados sobre temas mundiais e locais, e para manter-se conectado com sua comunidade);
Materiais de leitura fácil (para usuários com problemas de leitura e para aqueles que se comunicam em outra língua);
Revista (sobre temas de interesses gerais e específicos; para todos os usuários);
Audiobook (para todos os usuários e aqueles com problemas visuais ou de leitura).

A IFLA (2007) também faz recomendações quanto à postura e técnica do bibliotecário no desenvolvimento das coleções. Para tanto indica que este deve ficar atento no que se refere ao processo de seleção das obras, devendo incluir, mas não se limitar a:

Relação com os interesses e necessidades dos detentos;
Relevância artística, social, científica ou cultural;
Objetividade do texto;
Formato apropriado para sua utilização na biblioteca;
Relação com os materiais existentes na biblioteca e o tema abordado;
Custo. (IFLA, 2007, p. 13, tradução nossa).

Segundo TRINDADE (2009) geralmente os apenados possuem o mesmo interesse literário e as mesmas necessidades de informação que a maior parte da população em situação de liberdade. Entretanto a população prisional não tem interesse ou conhecimento que as bibliotecas podem funcionar como espaço de lazer e satisfação de suas necessidades informacionais.

Trindade (2009) ainda revela que a população carcerária está em vulnerabilidade sob múltiplos aspectos, ou seja, além da privação de liberdade, há uma alta proporção de analfabetos e, também, uma grande quantidade daqueles que sofrem de transtornos emocionais ou psíquicos e/ou de pouca capacitação profissional.

Colocadas tais questões, é possível verificar que as normas e procedimentos vigentes estabelecidas pela IFLA e ALA sobre biblioteca prisional convergem e endereçam para as práticas de ressocialização e também se preocupam em auxiliar, ainda que de forma breve, os profissionais que atuam no ambiente do cárcere.

Desta forma, fica evidente que a biblioteca prisional tem um importante papel perante a sociedade, em especial sobre a carcerária. A biblioteca prisional é um direito legal do preso, previsto na Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984, onde todos

estes direitos devem ser cumpridos e dando a devida assistência ao preso, conforme analisa-se a seguir:

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

Art. 21-A. O censo penitenciário deverá apurar:

I - o nível de escolaridade dos presos e das presas;

II - a existência de cursos nos níveis fundamental e médio e o número de presos e presas atendidos;

III - a implementação de cursos profissionais em nível de iniciação ou aperfeiçoamento técnico e o número de presos e presas atendidos;

IV - a existência de bibliotecas e as condições de seu acervo;

V - outros dados relevantes para o aprimoramento educacional de presos e presas.

Para cumprir seu objetivo deve atuar em atividades de acesso à informação, letramento informacional e práticas de desenvolvimento humanístico.

Para Carvalho (2016, documento não paginado) as bibliotecas prisionais possuem quatro categorias de atuação informacional para a comunidade:

Alfabetização/letramento informacional: parte considerável dos presos possuem condições mínimas de leitura da palavra e de mundo (esta última muitas vezes foi aguçada de maneira deformada). Neste caso, a biblioteca poderia agir em um trabalho de formação de leitores a partir de dois grandes aspectos. A primeira envolve práticas de leitura sobre assuntos diversos do cotidiano, como política, cultura, educação, gênero, valores humanos, relações humanas, religiosidade etc., e a segunda envolvem práticas leitoras convencionais no contexto de disciplinas básicas como Língua Portuguesa e Estrangeira, História, Geografia, Matemática, Física..., que promovam noções elementares para formação de leitores. A atividade leitora é muito salutar no sentido de manter o preso com a mente ativa e incentivar a própria diminuição da pena via atividade educativo-cultural-informacional;

Trabalho/profissão/emprego: este é ponto fundamental, visto que muitos presos não possuem uma atividade formal estabelecida ou não desenvolveram ainda ativamente uma atividade profissional. A biblioteca prisional poderia atuar na promoção de cursos, palestras, serviços de referência e informação utilitária sobre profissões e atividades profissionais, estimulando que os presos já consigam aprender/apreender no próprio ambiente carcerário perspectivas de prática profissional para uma possível ressocialização. A biblioteca pode, inclusive, buscar parcerias institucionais com empresas para futura inserção de detentos no mercado de trabalho que se destaquem em alguma atividade proveniente das atividades realizadas pela biblioteca no que tange ao trabalho e prática profissional;

Entretenimento e lazer: os maiores sinônimos do presídio estão associados ao isolamento e falta de liberdade. É interessante uma atuação da biblioteca no sentido de incentivar formas de lazer e entretenimento cultural para a comunidade carcerária a fim de estimular novas formas de ocupação do preso após ser reinserido no ambiente social externo;

Relações humanas: aspecto extremamente difícil, hostil, mas necessário para atuação da biblioteca prisional no sentido de estimular novas relações entre os presos e os sujeitos/instituições que estão em sua volta, como a família, colegas, amigos, companheiros de trabalho, instituições religiosas, sociais, terceiro setor e a sociedade em geral. A biblioteca pode atuar via serviços e produtos de informação, mostrando as vantagens na otimização das relações entre os sujeitos dentro e fora do presídio.

De modo geral, tais categorias se desenvolvem com maior ênfase nas atividades de acesso a informação e no acesso à leitura.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece em seu Art. 5º, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Logo, o indivíduo encarcerado não pode ter seus direitos fundamentais (proteção, segurança, a vida e saúde) e de acesso informacional violados.

No Brasil, os dados coletados entre 2014 e 2015 e apresentados no Relatório do Conselho Nacional do Ministério Público de 2016 evidenciam que são poucos os estabelecimentos prisionais que disponibilizam meios de acesso à informação aos custodiados:

Quadro 3 – Quantidade de unidades que garantem o acesso a meios de informação por região, 2014-2015.

Estados	Total de Respondentes		Unidades que garantem o acesso a meios de informação	
	2014	2015	2014	2015
CENTRO-OESTE	186	171	176	163
NORDESTE	212	284	194	243
NORTE	100	128	92	123
SUDESTE	382	408	367	394
SUL	146	151	144	148
BRASIL	1.026	1.142	973	1.071

Fonte: Conselho Nacional do Ministério Público (2016, p. 78).

Portanto, o direito à informação tem sido violado pelo próprio estado brasileiro. Para Araújo (1991) a informação se constitui como uma força capaz de transformar o homem culturalmente, restando saber utilizá-la para o desenvolvimento e não como instrumento de dominação e submissão. Neste sentido, as bibliotecas atuam como importantes instituições de ação informacional e cultural.

A Biblioteconomia deve focar na sua dinamização de ação social, fazendo-se instrumento para que a informação chegue de modo acessível a todo e qualquer usuário, isso inclui também o cárcere [...] não há exercício da cidadania sem informação (TARGINO, 2006, p. 61 apud COSTA, A. et al., 2016, p. 876).

Ranganathan (2009) também reforça que todo homem deve ter acesso à informação. No entanto, explica que este acesso não deve depender somente da vontade do povo, mas também deve refletir uma política pública de valorização do conhecimento, da educação e das bibliotecas.

No Brasil, embora prevista no artigo 21 da Lei de Execução Penal, a existência de biblioteca ainda é uma iniciativa rara e pouco discutida e, portanto, o acesso informacional e a leitura são práticas fragilizadas.

Especificamente sobre o acesso à leitura é importante destacar que este é um direito de todos, haja vista que a leitura permite que o indivíduo exerça sua cidadania, tenha acesso à informação, desenvolva seu conhecimento e amplie sua cultura. Além de funcionar como atividade recreativa e de lazer.

O pouco hábito de leitura da população brasileira é tido como uma das maiores causas do analfabetismo e não conclusão dos estudos formais. Neste sentido, a perspectiva de leitura é ampliada, ou seja, não se limita a um tipo de material. Brito indica o perfil transformador que a leitura possui:

O ato de ler é representado por meio da escrita, do som, da arte, dos cheiros. Cada leitor possui uma experiência própria, cotidiana e pessoal, tornando a leitura única, incapaz de se repetir, e este é o seu grande encanto. Através deste recurso fabuloso, conseguimos o total domínio da palavra, traçando ideias e conhecimentos, sendo possível entender o mundo que nos cerca, nos transformamos e, ao nos transformar, abrimos nossas mentes para o desconhecido, passando assim a construir um mundo melhor para cada um de nós (BRITO, 2010, p.3).

Neste sentido, se tratando da reabilitação de presidiários, o acesso à leitura é indispensável, ela surge na vida de muitos como uma nova oportunidade de transformação. Em atividades de biblioterapia, por exemplo, o detento sai da ociosidade e experimenta um novo hábito e sensação de liberdade. Ademais, a leitura permite que este tenha contato com informações que podem lhe permitir elaborar um planejamento para a nova vida que será oportunizada ao sair do ambiente prisional.

O acesso à leitura também operacionaliza as atividades de remissão da pena previstas na Recomendação nº 44/2013 do Ministério da Justiça. Neste normativo o órgão dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece inclusive que para ofertar essa modalidade de remição é necessário que o estabelecimento prisional possua uma biblioteca e que esta ofereça um bom acervo.

É bem verdade, que no Brasil, as atividades de fomento a leitura no âmbito dos órgãos prisionais antecedem a própria existência das bibliotecas prisionais. Sendo em grande número o produto de um importante trabalho realizado por entidades não governamentais, universidades e comunidades religiosas. Exemplos desta natureza podem ser encontrados nos projetos: “Uma janela para o mundo”; “Sala de Leitura”; “Leitura Liberta”; entre outros projetos que podemos encontrar espalhados pelos diversos presídios brasileiros.

Para fins de ilustração, abaixo será descrito o trabalho da Academia Valadarense de Letras e do Projeto Janela Literária, sendo o segundo, criado e presidido por uma bibliotecária gaúcha.

O trabalho desenvolvido pelo projeto da Academia Valadarense de Letras acontece com o apoio dos funcionários da Biblioteca Pública Municipal Professor Zappi no município de Governador Valadares no estado de Minas Gerais. Neste projeto, os trabalhos são realizados na Penitenciária Francisco Floriano de Paula, no Presídio Santos Dumont e na Associação Proteção e Assistência aos Condenados (APAC). De modo resumido, são realizadas: roda de leitura, que tem por objetivo a socialização e a instrução dos apenados, estudos literários e prática de expressão escrita, complementando o treinamento com leituras e debates, proporcionando aos presos a remição por meio de elaboração de resenha, sendo realizado na Penitenciária Francisco Floriano de Paula no Presídio Santos Dumont e a APAC.

O projeto da Academia Valadareense de Letras (AVL) segue o padrão de outros projetos de remição pela leitura, seguindo uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Por esta recomendação é possível remir até quatro dias de pena para cada uma obra efetivamente lida, num máximo de doze livros por ano, o que pode garantir ao apenado quarenta e oito dias de remição em um ano. (PAULA, 2017, documento não paginado).

Outro importante projeto é a Janela Literária que ocorre nas penitenciárias do Rio Grande do Sul, algumas possuem as denominadas salas de leitura e outras bibliotecas. Neste projeto, ocorrem práticas de ressocialização por meio da leitura, e integração com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de atividades de instrução em informática. Abaixo há um breve relato de um aluno de biblioteconomia, que é participante do projeto, apontando os reais benefícios das atividades desenvolvidas por uma biblioteca prisional.

Quando chegamos à PERG, os detentos nem nos olhavam, existe uma regra na prisão onde ao passar por nós o encarcerado deve olhar para parede ou baixar a cabeça. Aos poucos iam nos familiarizando, alguns deles foram recrutados para nos auxiliar no que precisássemos, tipo descarregar caixas de livros, manutenção do espaço, onde várias janelas estavam quebradas, não havia luz. Certo dia eu perguntei para um detento que nos ajudava qual seria o nome dele [...] ele respondeu timidamente que era “João”, e então argumentei que ele podia olhar pra mim, ele o fez sorrindo. Na hora de ir embora eu estendi minha mão para despedir-me dele e de modo imediato ele soltou: “Nem lembro a última vez que alguém apertou minha mão dona... estou aqui há 13 anos e minha família já desistiu de mim.” No dia seguinte ele voltou e pegou um livro de cabeça pra baixo... fingi que não vi, mas ele mesmo observou que a gravura da capa estava invertida...ele me fixou nos olhos e disse: “Já estou matriculado no EJA, ainda vou entrar aqui e pegar um livro direitinho, pois depois que passei a trabalhar aqui na biblioteca com vocês, me deu muita vontade de sair lendo tudo que tem aqui nestas estantes. Aqui dentro a hora não passa, quem sabe lendo a gente não sinta tanto isso. (COLARES e LINDEMANN, 2015, p. 210).

Existem também os casos de presidiários que fazem o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), e neste sentido, a biblioteca configura-se como um espaço de leitura, estudo e consulta aos materiais necessários a objetivos educacionais.

Os exemplos apresentados evidenciam a visibilidade, o papel e a importância da biblioteca neste espaço. Ao mesmo tempo demonstram que toda biblioteca prisional contribui em algum nível na ressocialização do apenado.

Igualmente necessário, é o papel exercido pelo bibliotecário nestes ambientes. É este profissional que reúne as competências, habilidades e deve desenvolver atitudes que propiciem uma efetiva mediação entre o apenado e a informação. Ele que deve propiciar o encontro entre o livro e seu leitor, bem como, deve planejar e implementar programas de competência informacional que colaborem para que os utentes desenvolvam a capacidade de selecionar, validar e utilizar informações necessárias ao seu lazer, desenvolvimento humanístico e social.

Colocada as questões entorno das bibliotecas prisionais, a próxima seção oferece maior detalhamento sobre a realidade brasileira.

6.1 Bibliotecas prisionais no Brasil

As bibliotecas prisionais, conforme citado na página 15, são organizações previstas no artigo 21 da Lei de Execução Penal, que indica que este estabelecimento é de uso de todas as categorias de reclusos e devem ser providos de livros instrutivos, recreativos e didáticos. Portanto, a existência e funcionamento da biblioteca prisional não representa uma política assistencialista, mas um direito legal.

No entanto, a previsão legal não tem garantido a existência e consolidação de bibliotecas prisionais no país. As poucas unidades que existem têm sobrevivido com apoio de voluntários e projetos, como é o caso do projeto “Uma janela para o mundo – Leitura nas prisões”, que conta com o apoio da UNESCO em parceria com o DEPEN, tendo a finalidade de reeducar os presos através da leitura, estabelecido em Porto Velho, Catanduvás, Campo Grande e Mossoró.

Outro grande exemplo de resistência e luta em prol desses espaços é o trabalho da Bibliotecária gaúcha, Catia Lindemann - uma “ativista de biblioteconomia social” e um dos nomes mais conhecidos e citados na literatura biblioteconômica sobre atuação em bibliotecas prisionais e mediação da leitura para populações socialmente vulneráveis. Catia iniciou seu trabalho no ano de 2002 enquanto ainda era aluna do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Posteriormente seu Projeto Janela Literária tornou-se uma ação de extensão da universidade. Segundo Paula (2017, documento não paginado):

Seu projeto além de contribuir para a ressocialização de presos, também tem transformando apenados em autores de obras literárias. Recentemente ela assumiu a presidência da Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBBP) da FEBAB.

Embora o trabalho de Lindemann venha se destacando na mídia em geral (Revista Biblio; Blog Biblioteconomia Social; Revista ACB) e o debate tenha se popularizado nos últimos anos - prova disso é que tornou-se pauta no XXVII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBD), ocorrido em 2017 na cidade de Fortaleza (CE), um dos eventos de maior importância e amplitude da área - ainda há muito a se fazer, a começar pela discussão do tema na própria universidade e ampliar o debate com os Conselhos Regionais de Biblioteconomia que, amparados na lei, devem exigir a existência de bibliotecas prisionais e posteriormente a presença de bibliotecários nestes espaços.

Segundo John (2004), os projetos arquitetônicos de complexos penitenciários no Brasil não preveem a construção de bibliotecas prisionais. Ou seja, quase sempre as bibliotecas prisionais são instaladas em espaço em desuso ou subutilizados. Não há uma agenda de planejamento e tampouco assessoria especializada no desenvolvimento das instalações, escolha de mobiliário, formação e desenvolvimento coleções e contratação de pessoal que irá atuar nas atividades laborais. Tais elementos levam à instalações precárias e condições de trabalhos degradantes, por exemplo, Lindemann (2017) descreve que a biblioteca da Penitenciária Estadual de Rio Grande onde atua se constituiu “numa cela desativada, com uma porta de chumbo e uma “portinhola” (espécie de mini janela) que fica sempre fechada, e por onde se entrega os livros” (PAULA, 2017, documento não paginado).

Figura 3 – Distribuição de livros aos presidiários



Fonte: Briso (2017).

Ainda de acordo com Lindemann (2017, documento não paginado):

Biblioteca prisional não é fábrica de milagres, mas opera milagres sim, ainda que com um ou dois ou mesmo com a possibilidade de um “efeito dominó”. Eu consegui, imagina tantos outros bibliotecários à frente de muitas outras bibliotecas prisionais?! Minhas palavras não são utopias ou devaneios, elas estão embasadas nas leis que já existem, só é preciso dar aplicabilidade. Biblioteca prisional não é assistencialismo, mas direito legal de todo e qualquer apenado.

Dados de pesquisa realizada entre 2014 e 2015 pelo Conselho Nacional do Ministério Público, identificam os presídios por região no Brasil que possuem biblioteca. No quadro 4 é possível verificar que a região sudeste do país concentra a maior quantidade de bibliotecas prisionais.

Quadro 4 – Quantidade de unidades prisionais com bibliotecas por região

ESTADOS	TOTAL DE RESPONDENTES	UNIDADES COM BIBLIOTECA
CENTRO-OESTE	234	74
NORDESTE	382	70
NORTE	159	59
SUDESTE	480	301
SUL	183	122
BRASIL	1.438	626

Fonte: Adaptado de Conselho Nacional do Ministério Público (2016, p. 63).

Verifica-se uma discrepância entre o número total de bibliotecas prisionais 626 contra 1.438 unidades prisionais no Brasil. Ou seja, há um déficit de 812 unidades.

Se tais espaços tivessem em funcionamento de maneira adequada poderiam atuar nos programas de ressocialização, suporte a escolarização prevista na Lei 13.163, de 9 de setembro de 2015 que institui o ensino médio nas penitenciárias, além de atuar como espaço de lazer.

De acordo com Trindade (2009), somente no Distrito Federal, todos os estabelecimentos dispõem de bibliotecas prisionais. Nos demais a realidade é de falta de bibliotecas, falta de material bibliográfico, falta de equipamentos e falta de recursos humanos.

Embora o cenário pareça caótico e desanimador, é importante esclarecer, que ainda que lentamente, o tema vem ganhando amplitude e respaldo. Em 2017, inclusive ganhou destaque e representatividade junto à Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários (FEBAB) através da instituição da primeira Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBBP) e discussão do tema em eventos de caráter nacional como o CBBD, o mais importante evento de Biblioteconomia do país.

Lindemann (2017) ressalta que relacionar o tema biblioteca prisional com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) evidencia que ninguém será deixado para trás e, portanto, a biblioteca prisional também se configura como

elemento capaz de contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ao longo dos próximos 15 anos.

Entende-se, por meio deste trabalho, que igualmente é preciso haver a criação de uma agenda que oriente o planejamento, desenvolvimento e perspectivas das bibliotecas prisionais em todo país. Além disso, tal normativo poderia definir com clareza os objetivos estratégicos, missões, visão e valores desta iniciativa ao curto, médio e longo prazo. Ao mesmo tempo, é necessário haver vontade política, políticas públicas e apoio da população civil que valorize e incentive tais iniciativas.

6.2 Bibliotecas prisionais no exterior

Após apresentar um pouco do cenário nacional, esta seção abordará, brevemente, o contexto internacional no que tange as bibliotecas prisionais.

Neste contexto, destaca-se o trabalho de Garcia-Perez (2001), no qual descreve a situação e características de bibliotecas prisionais dos Estados Unidos e alguns países da União Europeia, veja:

Na Noruega as bibliotecas prisionais são como uma extensão das bibliotecas públicas. As instalações físicas são cedidas pela própria penitenciária a qual está inserida e os reclusos fazem à vez dos bibliotecários.

Na Grã-Bretanha a biblioteca é supervisionada pelo diretor da prisão, e os livros, que são renovados de quatro a oito semanas, são comumente doados pela biblioteca pública. Há exigências de titulação para cargo específico de Bibliotecário.

Na França ao longo do tempo a biblioteca prisional vem se aprimorando. Tem sido feito acordos e parcerias com instituições públicas e privadas em prol do seu melhor funcionamento.

Na Holanda faz mais de 150 anos que existe biblioteca dentro dos sistemas prisionais e a partir da década de 80 iniciou o processo de automação das mesmas. Isso se deu por iniciativa de um grupo de bibliotecários, apesar da pouquíssima ajuda que obtiveram das autoridades públicas.

Nos Estados Unidos, talvez um caso único, as bibliotecas prisionais coexistem com as bibliotecas jurídicas. Isto porque amparadas pelo direito civil e constitucional, o preso tem acesso aos tribunais. Para garantir esse direito de acesso os gestores das prisões proporcionam profissionais (advogados, bibliotecários, associação de direitos, etc.) para dar assistência aos presos. (GARCIA-PEREZ, 2001, p.86).

Em comum verifica-se que tais iniciativas enfatizam o direito do preso a informação e destacam o papel de ressocialização que pode contar com a colaboração da biblioteca.

O trabalho de Garcia-Peres (2001) infelizmente também revela, que à exemplo do que ocorre no Brasil as bibliotecas no exterior também sofrem problemas quanto ao seu acervo, ao espaço cedido, aos profissionais, ou melhor a ausência do bibliotecário e como alternativa vem sendo estudadas formas de parcerias com a iniciativa privada, visando melhorias no funcionamento das bibliotecas e sua própria existência.

As bibliotecas prisionais na França se destacaram por classificarem os assuntos dessas bibliotecas em 8 séries de acordo com Lasso de La Vega (1952, p. 650):

- A) Obras de Piedad.
- B) Instrucción moral y religiosa
- C) Historia
- D) Viajes
- E) Literatura
- F) Ciencias y Artes profesionales
- G) Novedades y recitados diversos
- H) Lenguas extranjeras

Esse mesmo autor ressalta o extraordinário avanço que as bibliotecas prisionais nos Estados Unidos tiveram, com estudos psicológicos e com a criação do Comitê em Bibliotecas Institucionais da Prisão Americana, sendo uma associação encarregada de vigiar e fomentar esses serviços.

7 O BIBLIOTECÁRIO ATUANTE EM BIBLIOTECA PRISIONAL

A práxis profissional neste ambiente possui véis de inclusão social com finalidade de promover reintegração social aos detentos através de atividades de cunho educacional, cultural, artística e informacional.

Segundo Lindemann (2016) o bibliotecário que atua ou pretende atuar no cenário prisional é também um ativista da biblioteconomia social e no âmbito desta atuação muitas vezes a técnica biblioteconômica necessitará ser readaptada e reinventada.

O bibliotecário prisional convive diariamente com os problemas estruturais do sistema prisional e seu grande desafio é atuar como mediador da informação à essa população privada de liberdade, bem como, oferecer acesso à cultura e oportunidade de desenvolvimento do hábito leitor.

Como se tratava de leitores com suas especificidades, averigui que somente os procedimentos bibliotecários não surtiriam os resultados desejados, ou seja, não bastava catalogar e classificar as obras literárias, mas apresentar os livros aos usuários apenados, buscar alternativas para a sua compreensão em torno da localização das obras nas estantes. Seguir o método de classificação dentro da técnica bibliotecária não proporcionou que os apenados tivessem autonomia na hora de buscar a leitura. A biblioteca enquanto espaço destinado às obras e a leitura, deve seguir a técnica da biblioteconomia e colocar em prática tudo que nos foi e é ensinado em sala de aula, porém a biblioteca enquanto ferramenta social destinada ao apenado, não tem como seguir sozinha sem estar respaldada pelo respeito às regras do cárcere e principalmente respeito à cultura do preso. (LINDEMANN, 2016, p. 42).

O bibliotecário tem profissão e exercício previstos e regulamentados na Lei nº 9.674 de 25 de junho de 1998, logo este profissional deve atuar nos estabelecimentos que detiverem de uma biblioteca.

Igualmente o Código de Ética do Bibliotecário diz que o bibliotecário pode contribuir para o “bem comum”. Neste sentido, a atuação em bibliotecas prisionais iria ao encontro dos objetivos éticos, sociais e humanísticos da profissão:

O Bibliotecário deve interessar-se pelo bem público e, com tal finalidade, contribuir com seus conhecimentos, capacidade e

experiência para melhor servir a coletividade” (CFB, 2002, documento não paginado).

O Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas publicado em 1994, em sintonia com a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), possui uma publicação traçando diretrizes que orientam e amparam os bibliotecários inseridos em unidades de informação, como é o caso da biblioteca prisional, com a publicação: “ferramentas para o planejamento, implementação e avaliação de serviços de biblioteca prisional”. Tais diretrizes foram reconhecidas e corroboradas pela UNESCO. A IFLA salienta que as diretrizes devem ser aplicadas em países onde existe a obrigatoriedade de biblioteca no cárcere, observando que em países que existe uma Federação de Biblioteconomia, como é o caso do Brasil, esta pode subsidiar suas próprias diretrizes ou adotar as já existentes. A ALA também possui diretrizes para auxiliar profissionais da informação, os capacitando para atuarem nas bibliotecas intramuros do cárcere.

Conforme as diretrizes da IFLA (2007, p. 10, tradução livre), um sistema prisional com mais de 500 (quinhentos) internos precisa contar com 1 (um) bibliotecário em tempo integral e aquelas penitenciárias que possuem mais de 1000 (mil) reclusos devem contar com 2 (dois) profissionais bibliotecários à disposição. Ainda de acordo com a IFLA, o acréscimo de outros funcionários difere, pois variam de acordo com a quantidade de internos e alguns fatores, como:

- Horário de atendimento ao público;
- Tamanho, vias de acesso direto e distribuição da biblioteca;
- Número de usuários autorizados dentro da biblioteca por vez;
- Quantidade de atividades na biblioteca;
- Número de bibliotecas;
- Quantidade e tipos de programas educacionais e de reabilitação disponíveis.

Em algumas bibliotecas é possível encontrar detentos atuando como voluntários e auxiliares de biblioteca. Tal ocorrência se constitui a chamada Remição por trabalho – prólogo previsto nos artigos 126, 127 e 128 da Lei nº. 7.210/84 de Execução Penal (LEP) e está relacionada ao direito assegurado na Constituição Federal de individualização da pena. Neste caso é garantindo um dia de pena a menos a cada três dias de trabalho. A remição pelo trabalho é um direito

de quem cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto. Mas, evidentemente que esta atuação não elimina a necessidade de um bibliotecário como gestor e supervisor das atividades ali desempenhadas.

No Brasil o sistema penitenciário é regulado pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, no entanto, em sua estrutura funcional o cargo de bibliotecário não é previsto. Em alguns estados como o Rio Grande do Sul, existe uma Superintendência dos Serviços Penitenciários e esta tem autonomia para definir seus cargos e salários. Neste estado especificamente há a figura de Técnico Superior Penitenciário (TSP) e este se divide em: agente penitenciário, técnico superior penitenciário e agente penitenciário administrativo e, mais uma vez, o cargo de bibliotecário é esquecido.

Na tabela 1 encontram-se os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, publicado em junho/2016.

Tabela 1 – Profissionais em atividade no sistema prisional brasileiro

	Efetivo		Comissionado		Terceirizado		Temporário		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Cargos administrativos (atribuição de cunho estritamente administrativo)	2.732	3.235	587	347	552	394	476	577	8.900
Servidor voltado à atividade de custódia (exemplo: agente penitenciário, agente de cadeia pública)	49.668	10.459	892	153	2.316	393	11.580	2.702	78.163
Enfermeiros	195	522	8	22	27	85	49	190	1.098
Auxiliar e técnico de enfermagem	405	918	8	46	69	181	111	508	2.246
Psicólogos	189	663	8	46	22	58	48	231	1.265
Dentistas	260	150	2	4	64	33	61	52	626
Técnico/ auxiliar odontológico	24	107	1	9	4	45	7	91	288
Assistentes sociais	119	829	3	62	11	91	17	265	1.397
Advogados	189	180	10	31	72	59	69	113	723
Médicos - clínicos gerais	238	70	8	4	88	36	88	35	567
Médicos - ginecologistas	9	12	1	0	3	1	3	3	32
Médicos - psiquiatras	97	31	3	0	18	11	23	11	194
Médicos - outras especialidades	13	3	0	0	8	1	3	5	33
Pedagogos	29	153	2	15	3	17	11	45	275
Professores	520	967	43	131	105	187	278	618	2.849
Terapeuta/ terapeuta ocupacional	26	21	0	3	6	9	9	11	85
Policial Civil em atividade exclusiva no estabelecimento prisional	127	35	6	3	6	1	2	0	180
Policial Militar em atividade exclusiva no estabelecimento prisional	2.895	216	82	3	34	0	22	8	3.260
Outros	2.284	162	35	11	248	126	116	52	3.034
Total	60.019	18.733	1.699	890	3.656	1.728	12.973	5.517	105.215

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Nacional (2016, p. 46).

A tabela 1 evidencia que existiam em 2016, 105.215 profissionais em atividade no sistema de todo o país, embora não haja clara menção à figura do bibliotecário pode ser que este esteja enquadrado na categoria “Outros”. Diante disso, fica a sugestão de estudos futuros que esclareçam quem são estes “outros”.

Diante destes dados, verifica-se que o cenário penitenciário brasileiro oportuniza tanto a instalação de bibliotecas como se apresenta como um importante setor empregatício.

Em acordo com Eiras (2007) o profissional que atua numa biblioteca prisional terá mais chances de obter êxito em sua função caso apresente experiências e conhecimento provindo de outras áreas que possuem o mesmo propósito nesse ambiente, como a psicologia, sociologia e serviço social.

Futuros bibliotecários, que possam atuar no âmbito prisional, carecem de conhecimentos de alcance mais amplo que os de natureza técnica e de tecnologia de informação. Precisam dominar conteúdos de tecnologia social, provindo de fontes como psicologia, sociologia, história, dentre outros. (SOUZA, CABRAL, 2011, p. 04).

De acordo com EIRAS (2007, p. 05), algumas competências e habilidades devem ser desenvolvidas, sempre dando enfoque no cunho social da profissão:

- Equilíbrio emocional;
- Postura dinâmica;
- Boa cultura geral;
- Capacidade de adaptação (ambiente prisional);
- Boa comunicação oral;
- Conhecimentos de línguas (depende do país e do contexto);
- Capacidade de liderança e de supervisão (trabalho com reclusos);
- Interesse em trabalhar com a diversidade cultural, étnica e linguística;
- Gosto em trabalhar na educação de adultos;
- Criatividade;
- Sensibilidade e atenção;
- Capacidade inventiva e de abstração;
- Conhecimentos de Direito e de legislação penal.

A melhor competência que um bibliotecário pode desenvolver na biblioteca prisional é a experiência, essa se desenvolve e se aprende no dia a dia de trabalho. O próprio profissional aprende a desmitificar o papel e amplitude da biblioteca prisional. Igualmente o trabalho diário evidencia desafios e oportunidades que precisam ser superadas e registradas, contribuindo para o desenvolvimento empírico da área. É o que Nonaka e Takeuchi (1997) chama de externalização, onde o conhecimento tácito é registrado e, portanto, torna-se explícito.

Para Lasso de La Vega (1952) o bibliotecário no ambiente prisional não pode agir cientificamente o tempo todo e tampouco se limitar apenas a oferecer livros. Este profissional tem em suas mãos e dirige um grande enfoque moral. Com

sensibilidade e não se eximindo de seu papel social deve indicar o caminho do trabalho, estudo e desenvolvimento dos estudos. Para o autor a leitura é o caminho do possível, é ela que abre o horizonte e influencia as transformações no recluso. Numa metáfora o autor sugere que a leitura é o caminho e cabe ao bibliotecário oferecer lápis e caderno para o preso desenvolver a escrita e compreender a leitura, sendo indispensável o contato do profissional com o preso durante este processo.

Ainda de acordo com Lasso de La Vega (1952, p.644), o bibliotecário prisional tem nas suas mãos a redenção do delinquente, sua regeneração e os meios para o devolver à sociedade, capacitado para viver nela e aumenta pela perfeição conseguida através dos estudos na prisão, o fruto ou o desempenho de seu trabalho.

Destacam-se as medidas que o bibliotecário prisional deve realizar de maneira eficaz no exercício da sua profissão, como apontado por Lasso de La Vega (1952, p. 645):

- a) Estudio y definición psicológica de la personalidad del delincuente: su clasificación y correcta prognosia social.
- b) Determinación e individualización correcta de la pena a los efectos de la rehabilitación y reeducación del penado.
- c) Fijación de los elementos exógenos del delito y los fenómenos sociales que tienen influencia em él.
- d) Organización de conferencias em torno a la lectura.
- e) Confeccionar estadísticas y coleccionar, classificar y publicar los resultados de su labor.
- f) Cooperar em el examen psíquico de los reclusos, valorar su desarrollo intelectual, diagnósticos tipológico y caracterológico, y determinar la situación anímica del delincuente em el momento de lacto delictuoso.
- g) Idem, em el estudio del mundo circundante; del autor em el curso de su evolución vital; comportamiento e influjos que han podido gravitar sobre su personalidad em el seno del médio social em que há actuado.
- h) Estudio de los resultados de la aplicación de los estados de libertad condicional, libertad vigilada, y demás regímenes post-carcelarios.

Os desafios estruturais da biblioteca prisional também demandam do bibliotecário a capacidade de proatividade e inovação. Sabendo que os recursos são escassos, o profissional deve preocupar-se com o seu acervo e ir em busca dele, deve buscar doações, desenvolver parcerias com editoras, ONG's, igrejas, escolas e também com a família daqueles que se encontram encarcerados. É uma maneira de

manter o acervo atualizado, com diversidade de documentos, para atrair e torna esse espaço convidativo ao apenado.

Na formação e desenvolvimento de coleções deve seguir os critérios biblioteconômicos, mas deve estar atento ao ambiente em que está inserido. Portanto, conteúdos que tenham teor de violência e assuntos afins não devem ser inseridos. Devem ser priorizados assuntos de lazer, desenvolvimento humano, empregabilidade e ligados a saúde, educação e cultura. Um aspecto curioso é que a Bíblia é o livro que mais se circula dentro dos presídios brasileiros (SILVA, 2012). Portanto, temáticas relacionadas a religião em suas múltiplas denominações e credos devem merecer atenção.

Também é necessário tornar mais frequente a atuação profissional nestes espaços. Andrew Hart, bibliotecário do sistema prisional nos Estados Unidos indica que os afazeres neste tipo de unidade assemelham-se como de outras instituições de outros domínios.

Um dia normal na biblioteca prisional consistia nos seguintes afazeres: abrir e fechar a biblioteca várias vezes durante o dia enquanto supervisionava cerca de quinze apenados trabalhadores da biblioteca; pedidos, recebimentos e inventários; respondendo cartas dos presos à biblioteca; segregação de visitas; encomendas de periódicos e livros de direito; selecionar doações de livros; esvaziar caixas de empréstimos de livros; responder perguntas de referência; prestação de relatórios; solução de problemas de TI; criação de programação mensal e etc. Como vocês podem ver, esta é uma agenda bastante atribulada e é típica para a maioria dos bibliotecários prisionais. (HART, 2007, Documento não paginado).

Diante do exposto, verifica-se que muitas discussões precisam ser empregadas e mais que isso, é importante que os futuros bibliotecários, atuais discentes de Escolas de Biblioteconomia de todas as regiões do Brasil tomem para si esta responsabilidade e causa. Ademais, é necessário que desenvolvam um trabalho sério, responsável, ético e inovador - capaz de provocar mudanças na imagem da biblioteca prisional, legitimar e fazer com que o bibliotecário seja reconhecido como uma categoria pertencente ao contexto do sistema prisional brasileiro.

É de grande importância que o estudante de biblioteconomia tenha acesso a temática biblioteca prisional no âmbito de seu curso de graduação. Este tratamento

pode ocorrer no âmbito de disciplinas específicas, tais como biblioteconomia pública ou como tópico em algum componente curricular.

Outra abordagem que pode ser desempenhada é a partir de projetos de extensão, estágios extracurriculares, projetos de pesquisa, monitoria ou iniciação científica. Tais abordagens permitiram um diálogo entre a teoria e a prática e podem contribuir para que o estudante desperte o desejo de atuar no âmbito destas unidades.

Também recomenda-se que as escolas de biblioteconomia realizem benchmarking com iniciativas já existentes no setor tais como o projeto da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), onde alunas do curso de biblioteconomia e a Diretora Administrativa da Instituição Penal da Penitenciária Estadual Feminina de Porto Velho, Rondônia, transformaram a atividade de estágio profissional obrigatório em ação social, resultando na implantação de uma biblioteca neste presídio, no qual corroborou que essas alunas desenvolvessem seus trabalhos de conclusão de curso entorno da temática.

Outro bom exemplo é o já citado projeto Cultura na Prisão existente na UNIRIO, no qual os estudantes ministram oficinas para contribuir na recuperação e ativação da biblioteca da Penitenciária Lemos Brito e o diagnóstico do acervo da biblioteca da Penitenciária Talavera Bruce.

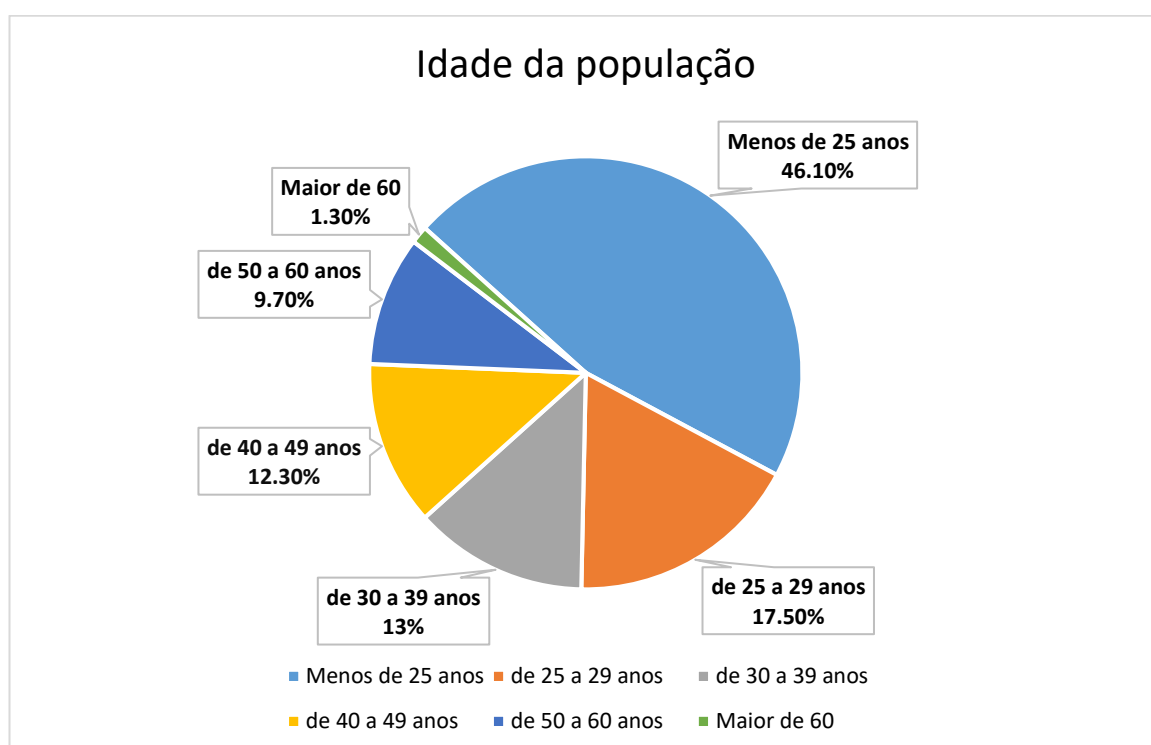
Estes são apenas alguns exemplos de projetos desenvolvidos com apoio de egressos e profissionais da área de biblioteconomia e que, portanto, evidenciam o engajamento na defesa das bibliotecas no ambiente prisional. Não é desconsiderado que ainda há muito a se fazer, neste sentido é preciso avançar com muito debate inclusive no âmbito das universidades.

8 RESULTADOS

Foram 154 respostas ao questionário, deste total 61% das respostas correspondem aos graduandos da UNIRIO, 27,9% aos graduandos da UFF e 11% aos graduandos da UFRJ.

O primeiro quesito de análise versa sobre a idade da população analisada, desta forma, como mostra o gráfico 2, existem:

Gráfico 2 – Idade da população

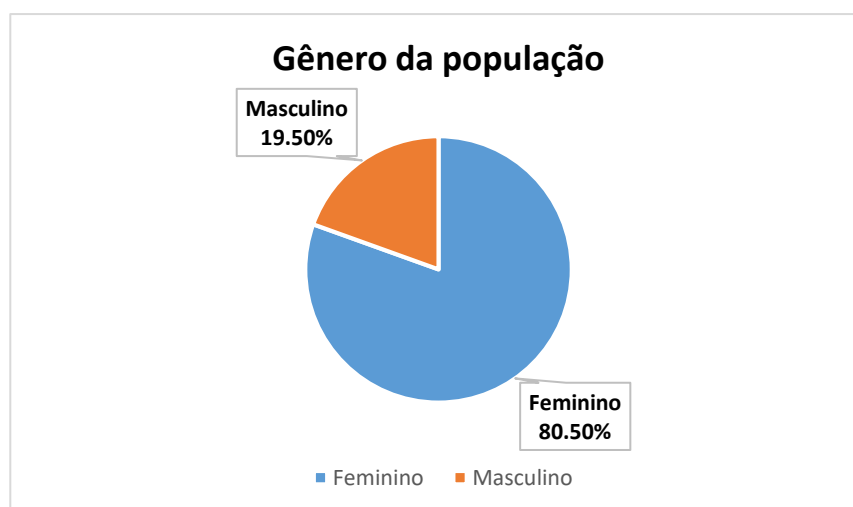


Fonte: Autora (2018).

Conforme observado a cima, maior parte dos respondentes possui menos de 25 anos e a menor parte dos respondentes são maiores de 60 anos.

O segundo quesito de análise foi o gênero da população analisada, o resultado obtido encontra-se no gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3 – Gênero da população

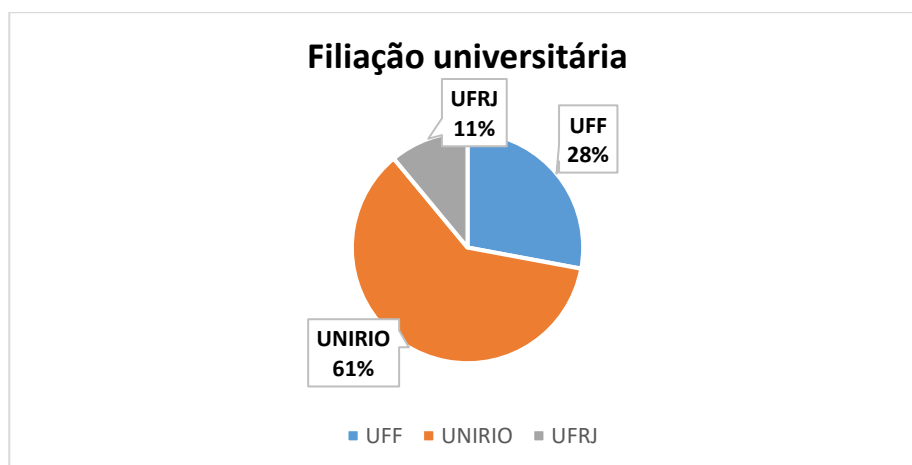


Fonte: Autora (2018).

Verifica-se que a população feminina demonstrou maior interesse em contribuir com a pesquisa.

O terceiro quesito analisado refere-se à filiação universitária da população (gráfico 4):

Gráfico 4 – Filiação universitária

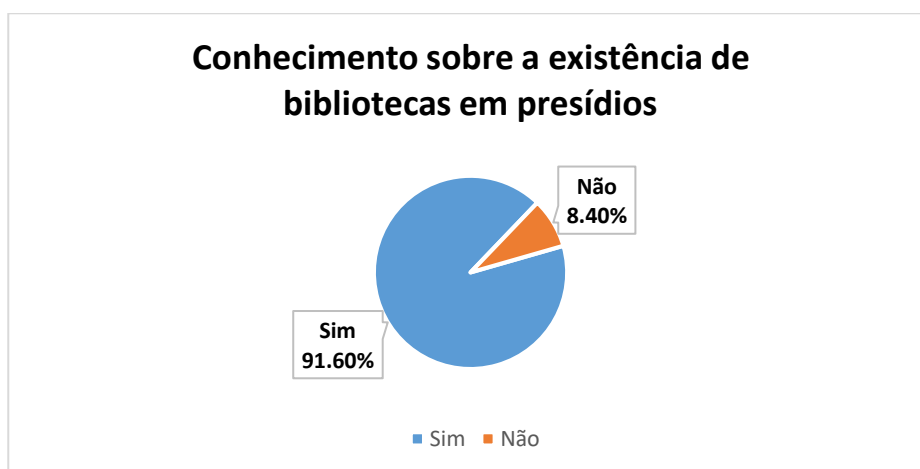


Fonte: Autora (2018).

Como era de se esperar a maior parte dos respondentes pertence a universidade que a autora é filiada.

A quarta questão avalia se graduandos já tinham conhecimento sobre a existência de bibliotecas em estabelecimentos penais, tais como presídio e penitenciárias, neste sentido, o gráfico 5 demonstra que:

Gráfico 5 – Conhecimento sobre a existência de biblioteca em presídios

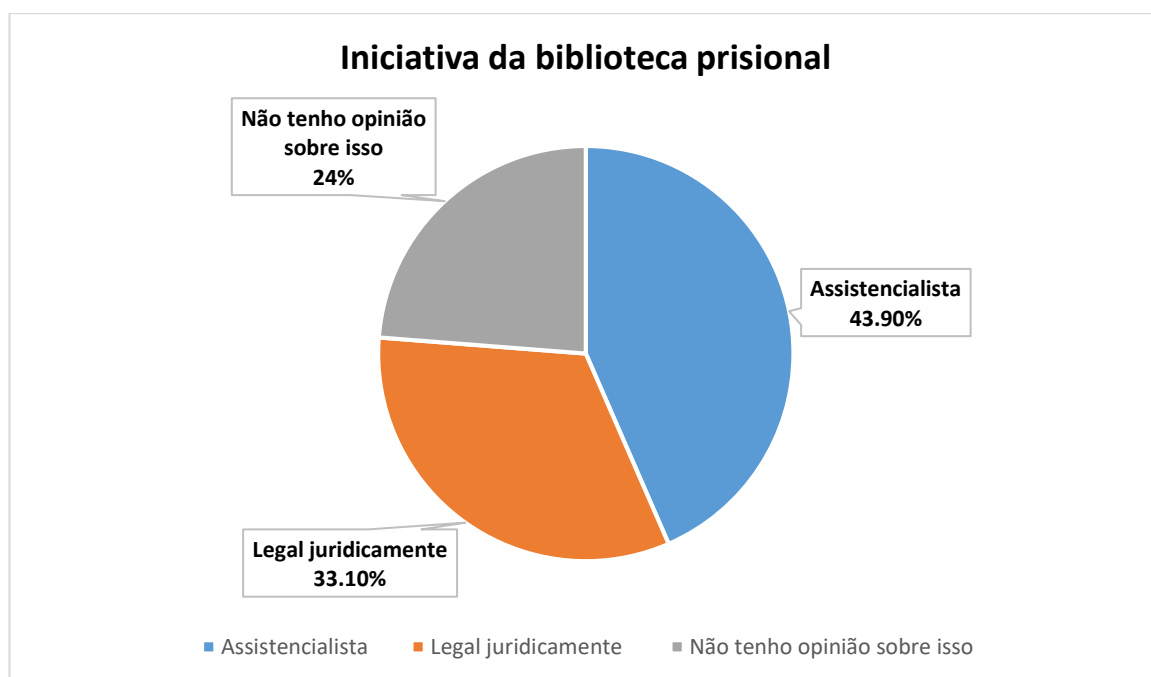


Fonte: Autora (2018).

Como pode ser observado a cima, a maior parte da população respondente indicou ter conhecimento prévio sobre a existência de bibliotecas em presídios. É necessário em estudos futuros se verificar o nível e alcance deste conhecimento.

O quinto item verificou como a população analisada percebia a iniciativa de criação de bibliotecas. Desta forma, tem-se o seguinte resultado no gráfico 6:

Gráfico 6 – Iniciativa da biblioteca prisional



Fonte: Autora (2018).

Estes dados revelam que a maior parte dos graduandos respondentes da pesquisa desconhecem o artigo Art. 21 da Lei de Execução Penal que prevê que cada estabelecimento prisional deverá possuir uma biblioteca para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

A sexta questão investigou se a população analisada já foi convidada por professores, grupos de pesquisa ou grupos de extensão a realizar alguma visita à uma biblioteca prisional, sendo assim, obteve-se, demonstrado no gráfico 7:

Gráfico 7 – Convite para visitar biblioteca prisional



Fonte: Autora (2018).

Tais dados podem indicar duas situações: a primeira é que as inúmeras dificuldades e burocracias existentes para realizar visitas neste ambiente acabam por engessar e/ou desencorajar os docentes a fazê-lo, numa segunda situação, pode indicar que os professores privilegiam espaços tradicionais como bibliotecas públicas e especializadas.

Caso os respondentes tenham respondido que não foram convidados a participar de visitas, indagou-se se estes teriam interesse em fazê-lo, sendo assim, os resultados foram (gráfico 8):

Gráfico 8 – Interesse em realizar visita

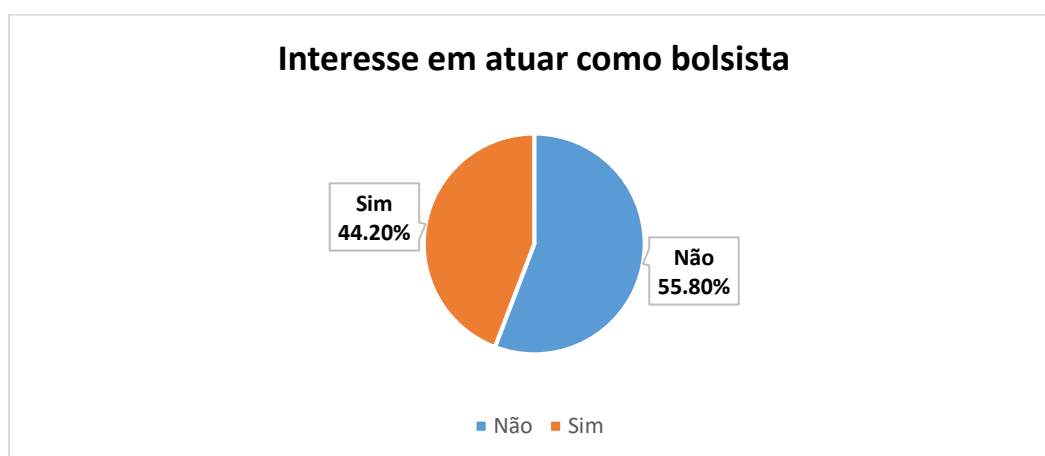


Fonte: Autora (2018).

Portanto, há uma demanda reprimida e que gostaria de fazer visitas técnicas neste ambiente. Logo, os docentes devem considerá-los em seu planejamento de atividades extraclasse.

O oitavo quesito analisado refere-se ao interesse em atuar como bolsista de extensão em projetos realizados em bibliotecas prisionais, tal como o projeto Teatro na prisão, sendo assim, verifica-se (gráfico 9):

Gráfico 9 – Interesse em atuar como bolsista



Fonte: Autora (2018).

Identificou-se uma demanda reprimida, que gostaria de atuar como bolsista em biblioteca prisional. Portanto, os docentes devem considerar projetos neste ambiente.

O nono item de análise refere-se à participação em eventos relacionado à temática biblioteca prisional, desta forma 6,5% responderam que já participaram e

93,5% indicaram que não. O estudo aponta uma lamentável situação em que tão poucos alunos já tenham participado de eventos assim, haja vista que é uma excelente oportunidade de aprendizado, contato com colegas e troca de experiências.

A décima primeira questão verifica se os futuros bibliotecários se engajariam em movimentos a favor da popularização de bibliotecas prisionais, e o resultado é que: 79,9% sim e 20,1% não. Portanto, verifica-se que os graduandos têm consciência da importância do tema biblioteca prisional e da necessidade de sua expansão, igualmente, indica um senso de responsabilidade social com o desenvolvimento de pautas relacionadas à área e que são muito bem-vindas nos tempos atuais de precarização de cultura e da educação.

O décimo segundo quesito avalia as categorias que a biblioteca prisional pode atuar, conforme apresentado no quadro 5.

Quadro 5 – Avaliação de categorias de atuação na biblioteca prisional

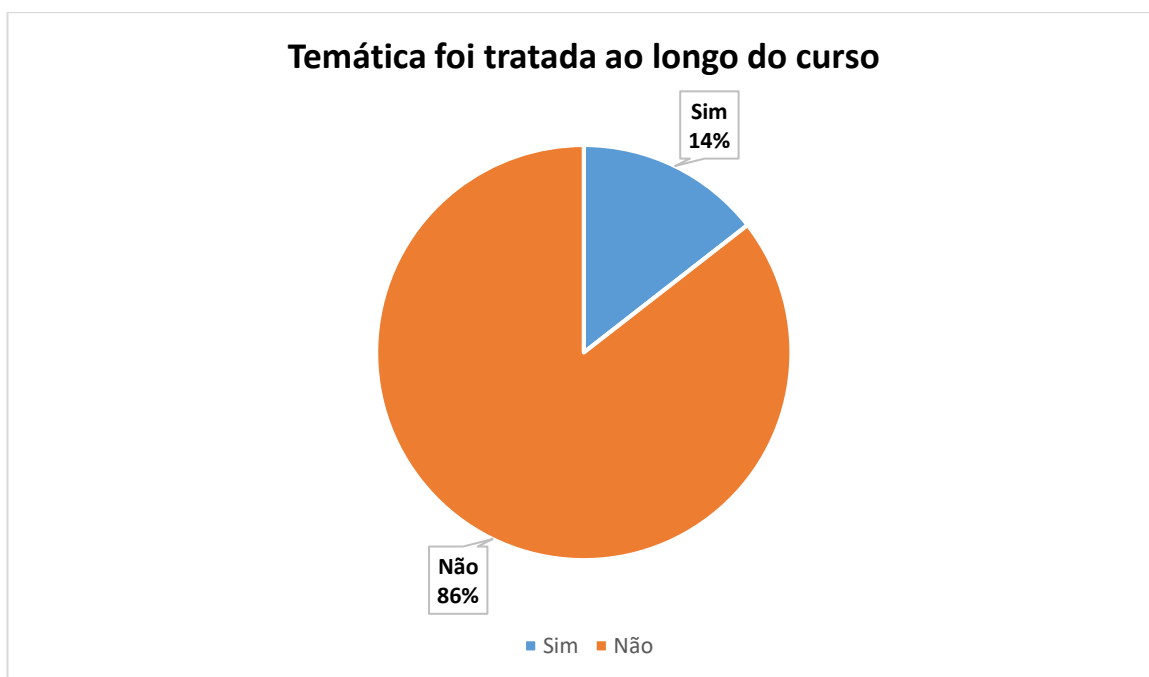
Categoria	Média de respostas
Formação de leitores	55,8% (86 pessoas)
Letramento informacional	48,7% (75 pessoas)
Trabalho/profissão/emprego – atuando na promoção de cursos e palestras visando recolocação no mercado de trabalho	50,6% (76 pessoas)
Entretenimento e lazer – atuando como espaço de lazer para os apenados	48,7% (75 pessoas)
Relações humanas – desenvolvendo produtos e serviços que estimulem e valorizem a construção de relações humanas sadias	44,2% (68 pessoas)
Remição da pena	15,6% (24 pessoas)
Ressocialização do preso	45,5% (70 pessoas)
Nenhuma das alternativas acima	13,3% (2 pessoas)

Todas as alternativas acima	36,4% (56 pessoas)
-----------------------------	--------------------

Fonte: Autora (2018).

O décimo terceiro investiga se a temática biblioteca prisional foi tratada ou ao menos abordada em alguma disciplina durante a formação da população analisada, sendo assim constata-se, de acordo com o gráfico 10:

Gráfico 10 – Temática tratada ao longo do curso



Fonte: Autora (2018).

Embora não fosse diretamente escopo desse trabalho considerou-se importante verificar que se de fato a temática não vinha sendo abordada nos cursos. Desta forma foi realizada uma análise das matrizes curriculares e dos ementários dos três cursos e somente no âmbito da disciplina biblioteconomia pública, oferecida pela UNIRIO foi possível identificar claramente o tratamento da questão.

Também foi apresentada aos estudantes a seguinte afirmativa: A temática Biblioteca Prisional precisa ser aplicada e discutida em cursos de graduação em Biblioteconomia, pois somente a partir deste debate irá aumentar a atuação de bibliotecários neste ambiente. O quadro 6, a seguir, apresenta as respostas dos discentes com respeito a essa afirmação.

Quadro 6 – Tratativa da temática nos cursos de graduação

Nível de concordância	Média de respostas
discordaram totalmente	1,3% (2 pessoas)
discordaram parcialmente	1,9% (3 pessoas)
não concordo nem discordo	6,5% (10 pessoas)
concordo parcialmente	28,6% (44 pessoas)
concordaram totalmente	61,7% (95 pessoas)

Fonte: Autora (2018).

Tais dados revelam que os estudantes concordam que o aumento do debate no âmbito da academia é que irá gerar mudança nos índices de atuação e, porque não dizer, no interesse nesta atuação.

O décimo sexto item interroga os discentes sobre a afirmativa: A atual formação recebida durante o curso de graduação em Biblioteconomia capacita suficientemente o egresso para atuar em bibliotecas do sistema prisional. As respostas da nossa população constam no quadro 7, abaixo.

Quadro 7 – Capacitação para atuação em biblioteca prisional

Nível de concordância	Média de respostas
discordaram totalmente	27,3% (42 pessoas)
discordaram parcialmente	27,3% (42 pessoas)
não concordo nem discordo	14,3% (22 pessoas)
concordo parcialmente	26% (40 pessoas)
concordaram totalmente	5,2% (8 pessoas)

Fonte: Autora (2018).

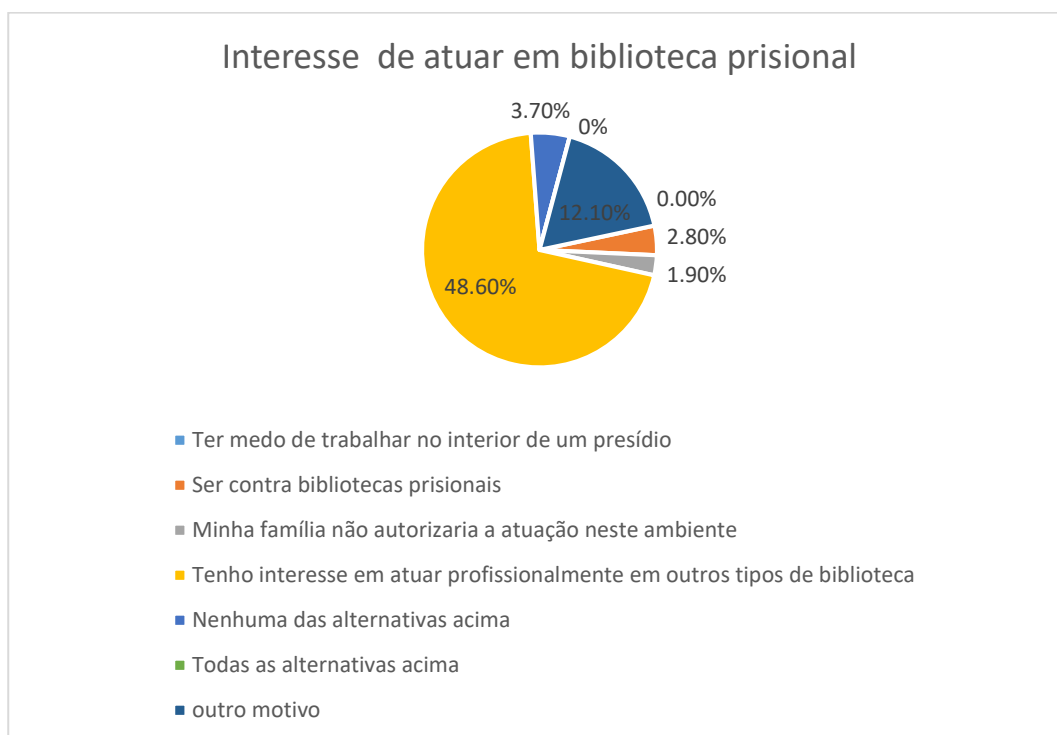
Tal dado indica que os estudantes não consideram que a atual formação recebida seja suficiente para capacitá-los a tal atuação. Este dado pode ser explorado em pesquisas futuras sobre os seguintes aspectos: Quais as bases da formação considerada essencial por estudantes e professores de biblioteconomia para atuação neste ambiente? Talvez através destes dados será possível ter uma indicação de que disciplinas ou estratégias pedagógicas podem contribuir para formação em consonância com a possível atuação.

O décimo sétimo quesito de análise foi se a população analisada tem interesse em atuar como bibliotecário no sistema prisional brasileiro: 32,5% indicando que sim e 67,5% respondendo que não. O resultado desta questão foi uma surpresa e por outro lado desapontamento. Isso porque releva que os futuros bibliotecários destas escolas têm pouco interesse em contribuir com sua atuação profissional no desenvolvimento das bibliotecas em instituições do sistema prisional o que demonstra que não basta apenas militar em favor da causa também é preciso contribuir com o serviço.

Por outro lado, o número de alunos que respondeu que teria interesse em atuar como bibliotecário do sistema prisional seria suficiente para atender à demanda de 51 estabelecimentos prisionais existentes no Estado do Rio de Janeiro, ainda que todas estas instituições tivessem bibliotecas, o que infelizmente ainda não é realidade.

Os alunos que indicaram que não tinham interesse em atuar em bibliotecas prisionais foram questionados sob que aspecto se centra sua recusa. Desta forma, segue o resultado, no gráfico 11:

Gráfico 11 – Interesse de atuar em biblioteca prisional



Fonte: Autora (2018).

A biblioteca prisional aparece como um ambiente preterido aos futuros bibliotecários.

O vigésimo quesito analisa segundo Eiras (2007), o bibliotecário atuante no sistema prisional deve desenvolver algumas competências específicas, na qual os estudantes deveriam sinalizar numa escala a relevância para eles dessas competências, onde 1 é menos importante e 10 é mais importante. Desta forma, segue o resultado demonstrado no quadro 8:

Quadro 8 – Competências x média de respostas

Competências específicas	Média de respostas
Possuir equilíbrio emocional	64,35% (99) atribuíram nota 10 para este quesito, o apontando como o mais importante 10,4% (16) atribuíram nota 9 12,35% (19) atribuíram nota 8 3,2% (5) atribuíram nota 7 1,3% (2) atribuíram nota 6 3,2% (5) atribuíram nota 5 0% (0) atribuíram nota 4 3,9% (6) atribuíram nota 3 1,3% (2) atribuíram nota 2 0% (0) atribuíram nota 1
Postura dinâmica	30,55% (47) atribuíram nota 10 para este quesito, o apontando como o mais importante 14,3% (22) atribuíram nota 9 18,2% (28) atribuíram nota 8 11,7% (18) atribuíram nota 7 5,85% (9) atribuíram nota 6 7,15% (11) atribuíram nota 5 3,2% (5) atribuíram nota 4

	<p>1,95% (3) atribuíram nota 3 3,2% (5) atribuíram nota 2 3,9% (6) atribuíram nota 1</p>
Capacidade de adaptação (ambiente prisional)	<p>55,9% (86) atribuíram nota 10 para este quesito, o apontando como o mais importante 9,75% (15) atribuíram nota 9 14,3% (22) atribuíram nota 8 8,45% (13) atribuíram nota 7 3,2% (5) atribuíram nota 6 2,6% (4) atribuíram nota 5 0% (0) atribuíram nota 4 1,9% (3) atribuíram nota 3 2,6% (4) atribuíram nota 2 1,3% (2) atribuíram nota 1</p>
Boa comunicação oral	<p>40,9% (63) atribuíram nota 10 para este quesito, o apontando como o mais importante 9,75% (15) atribuíram nota 9 21,45% (33) atribuíram nota 8 9,75% (15) atribuíram nota 7 1,9% (3) atribuíram nota 6 6,5% (10) atribuíram nota 5 2,6% (4) atribuíram nota 4 3,25% (5) atribuíram nota 3 3,9% (6) atribuíram nota 2 0% (0) atribuíram nota 1</p>
Capacidade de liderança e de supervisão (trabalho com recluso)	<p>37,0% (57) atribuíram nota 10 para este quesito, o apontando como o mais importante 14,3% (22) atribuíram nota 9</p>

	<p>14,95% (23) atribuíram nota 8 11,0% (17) atribuíram nota 7 5,85% (9) atribuíram nota 6 5,85% (9) atribuíram nota 5 3,25% (5) atribuíram nota 4 3,25% (5) atribuíram nota 3 4,55% (7) atribuíram nota 2 0% (0) atribuíram nota 1</p>
<p>Interesse em trabalhar com a diversidade cultural, étnica e linguística</p>	<p>51,3% (79) atribuíram nota 10 para este quesito, o apontando o mais importante 7,8% (12) atribuíram nota 9 18,8% (29) atribuíram nota 8 7,8% (12) atribuíram nota 7 0,65% (1) atribuíram nota 6 4,55% (7) atribuíram nota 5 2,6% (4) atribuíram nota 4 3,25% (5) atribuíram nota 3 3,25% (5) atribuíram nota 2 0% (0) atribuíram nota 1</p>
<p>Gosto em trabalhar na educação de adultos</p>	<p>41,6% (64) atribuíram nota 10 para este quesito, o apontando o mais importante 13% (20) atribuíram nota 9 18,2% (28) atribuíram nota 8 9,1% (14) atribuíram nota 7 2,6% (4) atribuíram nota 6 5,2% (8) atribuíram nota 5 1,3% (2) atribuíram nota 4 2,6% (4) atribuíram nota 3 4,5% (7) atribuíram nota 2</p>

	1,9% (3) atribuíram nota 1
Sensibilidade e atenção	<p>46,1% (71) atribuíram nota 10 para este quesito, o apontado o mais importante</p> <p>11,7% (18) atribuíram nota 9</p> <p>16,9% (26) atribuíram nota 8</p> <p>7,1% (11) atribuíram nota 7</p> <p>3,25% (5) atribuíram nota 6</p> <p>5,2% (8) atribuíram nota 5</p> <p>1,95% (3) atribuíram nota 4</p> <p>2,6% (4) atribuíram nota 3</p> <p>3,25% (5) atribuíram nota 2</p> <p>1,95% (3) atribuíram nota 1</p>
Criatividade	<p>27,3% (42) atribuíram nota 10 para este quesito, o apontando como o mais importante</p> <p>13,65% (21) atribuíram nota 9</p> <p>20,8% (32) atribuíram nota 8</p> <p>9,75% (15) atribuíram nota 7</p> <p>7,1% (11) atribuíram nota 6</p> <p>6,5% (10) atribuíram nota 5</p> <p>3,9% (6) atribuíram nota 4</p> <p>3,9% (6) atribuíram nota 3</p> <p>5,2% (8) atribuíram nota 2</p> <p>1,9% (3) atribuíram nota 1</p>
Conhecimentos de Direito e de Legislação Penal	<p>29,9% (46) atribuíram nota 10 para este quesito, o apontando como o mais importante</p> <p>15,6% (24) atribuíram nota 9</p> <p>20,1% (31) atribuíram nota 8</p> <p>7,8% (12) atribuíram nota 7</p>

	7,8% (12) atribuíram nota 6 6,5% (10) atribuíram nota 5 2,6% (4) atribuíram nota 4 2,6% (4) atribuíram nota 3 3,9% (6) atribuíram nota 2 3,2% (5) atribuíram nota 1
--	--

Fonte: Autora (2018).

O vigésimo primeiro quesito de análise verificou a opinião da população sobre a afirmativa: O Código de Ética do Bibliotecário indica que “O Bibliotecário deve interessar-se pelo bem público e, com tal finalidade, contribuir com seus conhecimentos, capacidade e experiência para melhor servir a coletividade” (CFB, 2002). Sob essa perspectiva e considerando que a Biblioteca prisional pode contribuir para o “bem público”, você considera que a atuação em bibliotecas dessa natureza aciona dimensões sociais da profissão e, portanto, atende o disposto no Código de Ética. Os resultados foram conforme o quadro 9:

Quadro 9 – Contribuição da biblioteca prisional para o “bem público”

Nível de concordância	Média de respostas
discordaram totalmente	0,6% (1 pessoa)
discordaram parcialmente	2,6% (4 pessoas)
não concordo nem discordo	7,8% (12 pessoas)
concordo parcialmente	29,9% (46 pessoas)
concordaram totalmente	59,1% (91 pessoas)

Fonte: Autora (2018).

Desta forma, sugere-se que a maioria da população respondente considera que a atuação profissional em prisões é ética e aciona uma dimensão social do fazer bibliotecário. Tal questão confirma o preconizado por Lindemann (2016) que indica que o bibliotecário que atua ou pretende atuar no cenário prisional é também um ativista da biblioteconomia social.

O último quesito analisado verificou se os estudantes eram a favor da remição de pena a partir da leitura, haja vista que é sabido que a biblioteca é tida como um

elemento importante para a aplicação desta medida. As respostas com respeito a este quesito constam no quadro 10.

Quadro 10 – Concordância com a remição da pena pela leitura

Nível de concordância	Média de respostas
discordaram totalmente	24% (37 pessoas)
discordaram parcialmente	18,2% (28 pessoas)
não concordo nem discordo	12,3% (19 pessoas)
concordo parcialmente	30,5% (47 pessoas)
concordaram totalmente	14,9% (23 pessoas)

Fonte: Autora (2018).

Tais resultados indicaram certa heterogeneidade de opiniões e tal dado era esperado, haja vista que é polêmico e que em muitos casos, erroneamente, paira a percepção que esta medida gera impunidade e não causa nenhum impacto de ressocialização. No entanto, é importante indicar que a leitura é um direito de todos e que esta pode sim transformar a vida de qualquer cidadão, oportunizando-o que construa uma nova perspectiva para sua vida, bem como, desenvolva novos hábitos e visões.

Daqui por diante, serão apresentados os resultados das questões discursivas do questionário e que foram analisadas mediante aplicação da técnica análise de conteúdo segundo Bardim (2011). Tais questões admitiram respectivamente respostas do tipo: curta, curta e longa.

A questão 10, estava subordinada à nona onde foi perguntado se a população questionada participou de algum evento relacionado à temática biblioteca prisional, caso este tenha indicado SIM, deveria responder qual evento participou. Desta forma seguem os resultados descritos no quadro 11:

Quadro 11 – Participação em eventos sobre biblioteca prisional

Evento	Média de respostas
CBBB 2017	10% (1 pessoa)
SIEB – UNIRIO	10% (1 pessoa)
Projeto de extensão Cultura na Prisão	

vinculado à UNIRIO	30% (3 pessoas)
III Seminário diálogos BIBLIOO sobre o papel da biblioteca no processo de remição de pena pela leitura e ressocialização de presos	50% (5 pessoas)

Fonte: Autora (2018).

A questão 14 estava relacionada a questão 13, no qual foi perguntado se a temática biblioteca prisional foi abordada em alguma disciplina, aqueles que indicaram a alternativa SIM, deveriam exemplificar quais foram as disciplinas que a temática foi abordada, desta forma segue no quadro abaixo o resultado que obtivemos.

Quadro 12 – Disciplinas que abordam sobre a Biblioteca Prisional

Disciplina	Número de ocorrências
Biblioteca, Informação e sociedade	5% (1 pessoa)
Bibliotecas públicas e escolares	5% (1 pessoa)
Biblioteconomia pública	20% (4 pessoa)
Biblioterapia	5% (1 pessoa)
Desenvolvimento de coleções	5% (1 pessoa)
Estudo de usuários e comunidades	5% (1 pessoa)
Gestão de bibliotecas	15% (3 pessoa)
Inglês instrumental	5% (1 pessoa)
Introdução a biblioteconomia	15% (3 pessoa)
Introdução as ciências sociais	5% (1 pessoa)
Mediação da leitura	5% (1 pessoa)
Psicologia das organizações	5% (1 pessoa)
Realidade urbana brasileira	5% (1 pessoa)

Fonte: Autora (2018).

A questão 19, investigou os motivos para o NÃO interesse em não atuar em bibliotecas prisionais, sendo assim, o quadro 13 mostra o que foi obtido.

Quadro 13 – Motivos para o desinteresse de atuar como bibliotecário no sistema prisional

Motivo de desinteresse	Média de respostas
Aspectos emocionais	30,76% (4 pessoas)
Remuneração	7,69% (1 pessoa)
Resistência familiar	7,69% (1 pessoa)
Não considera a formação recebida adequada ao ambiente de atuação profissional	23,08% (3 pessoas)
Interesse em atuação em outros ambientes	23,08% (3 pessoas)
Receio quanto a hostilidade em função da opção sexual	7,69% (1 pessoa)

Fonte: Autora (2018).

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou em sua centralidade identificar o interesse de atuação dos egressos dos cursos de biblioteconomia nas universidades analisadas em bibliotecas do sistema prisional. Desta forma, o objetivo geral foi atingido, ou seja, constatou-se que a maior parte dos alunos não tem interesse de atuar em bibliotecas no âmbito prisional. Em linhas gerais, a maioria os motivos giram entorno de questões como: não capacitação adequada e fatores de ordem emocional e familiar.

Como painel de fundo deste estudo temos a formação oferecida ao discente de biblioteconomia. Sendo assim, verificou-se que os discentes não se consideram suficientemente preparados para atuar neste domínio pois o tema não é debatido e tratado nos cursos.

No que tange ao primeiro objetivo específico verificou-se que foi cumprido, haja vista que foi identificado que os futuros bibliotecários têm conhecimento da existência de bibliotecas prisionais, porém é importante indicar que conhecem superficialmente esta temática. Prova disso é que consideram a existência de bibliotecas no sistema prisional como uma ação assistencialista e não como um direito amparado por legislação específica.

Também foi possível verificar que o maior percentual dos alunos indicou interesse em visitar e/ou participar de projetos desenvolvidos no âmbito de bibliotecas do sistema prisional. Ainda que, não tenham interesse em trabalhar nesta área.

No que tange ao segundo objetivo específico, foi considerado cumprido, pois foi possível verificar que a temática vem sendo tratada de maneira tímida nos cursos de biblioteconomia. Isto é, a maior parte das disciplinas não possuem um tópico ou unidade destinada a este fim em suas matrizes curriculares e ementários. O que se pôde verificar são breves apontamentos/abordagens no âmbito da disciplina Biblioteconomia Pública, sobretudo ao discutir o Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas datado de 1994.

É importante indicar que a maioria dos discentes indicou que gostaria de participar de grupos de pesquisa, projetos de extensão e programas de iniciação científica como forma de ampliar seus conhecimentos e debater com base nas experiências que obtiverem e desta forma, contribuir com o debate e pesquisa do tema. Outrossim, têm interesse em engajar-se em ações acerca do da popularização

da temática. Neste sentido, observou-se que os alunos estão atentos às perspectivas humanísticas e sociais que abrangem a área.

O objetivo de apontar a importância da biblioteca prisional foi cumprido, sobretudo quando compartilhadas as experiências que vem sendo realizadas Brasil afora no âmbito dessa temática. Algumas iniciativas respondem a temática, como as da Universidade Federal de Rondônia e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, já indicam que existe demanda na área, além da Agenda 2030 da ONU também aborda sobre bibliotecas prisionais, e com a recente criação de uma Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais, tendo como presidente Cátia Lindemann, que vem expondo através de suas pesquisas, sua atuação na área e mostrando a importância desse espaço de atuação para o bibliotecário.

Esta pesquisa sugere que novos estudos sejam desenvolvidos entorno do tema e se amplie o debate na academia. Mais que isso, que a biblioteca prisional se torne uma realidade em todas as unidades prisionais do país e que os bibliotecários adentrem este espaço e lutem por sua atuação neste ambiente.

Mais que um trabalho de conclusão de curso, este estudo relembra a importância social da profissão, do poder das bibliotecas e da leitura como prática de ressocialização. Continua-se a acreditar numa biblioteconomia mais ativista, social e humana.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, V. M. R. H. Informação: instrumento de dominação e de submissão. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 37-44, jan./jun. 1991. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/414>>. Acesso em: 11 abr. 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Ed. 70, 2011. 279 p.
- BRASIL. Conselho Federal de Biblioteconomia. Resolução CFB nº 42, de 11 de janeiro de 2002. Dispõe sobre o código de ética do Conselho Federal de Biblioteconomia. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jan. 2002. p. 64. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Resolu%C3%A7%C3%A3o-42-Codigo-de-Etica-Profissional.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Recomendação nº 44**, de 26 de novembro de 2013. Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=1235>>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 7.210**, de 11 de julho de 1984. Institui a lei de execução penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l7210.htm>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 9.674**, de 25 de junho de 1998. Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9674.htm>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 10.753**, de 30 de outubro de 2003. Institui a política nacional do livro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.753.htm>. Acesso em: 14 jul. 2018.
- BRISO, C. B. O sonho de liberdade nas entrelinhas do cárcere. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 jul. 2017. Disponível em: <https://www.google.com/url?hl=pt-BR&q=https://oglobo.globo.com/rio/sonho-de-liberdade-nas-entrelinhas-do-carcere-21645261&source=gmail&ust=1528505308688000&usg=AFQjCNGS6b8TKyLdYTf28H_zy_ohIZOfbg>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- BRITO, D. S. A importância da leitura na formação social do indivíduo. **Periódico de Divulgação Científica da FALS**, ano 4, n. 8, jun. 2010. Disponível em: <http://fals.com.br/revela/REVELA%20XVII/Artigo4_ed08.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018.

BRITO, E. Os dez livros mais lidos pelos detentos. **Brasilianas.org**, seção Blog de Edison Brito, 29 jul. 2013. Disponível em: <<http://advivo.com.br/blog/edison-brito/os-dez-livros-mais-lidos-pelos-detentos>>. Acesso em: 12 jun 2018.

CAPEZ, F. **Curso de Processo Penal**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2007

CARVALHO, J. **A importância da biblioteca nos presídios**. 17 set. 2009.

Disponível em:

<<http://professorjonathascarvalho.blogspot.com/2009/09/importancia-da-biblioteca-na-prisao.html>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

CARVALHO, J. Bibliotecas prisionais: perspectivas pedagógicas de atuação biblioteconômica. **Biblioo**: cultura informacional, seção Matérias em destaque/Opinião, 3 jul. 2016. Disponível em: <<http://biblioo.info/bibliotecas-prisionais/>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

CHIAVERINI, T. **Origem da pena e da prisão**. 2009. 132 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

Disponível em:

<<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Origem%20da%20pena%20de%20pris%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

COLARES, L. B.; LINDEMANN, C. R. Implantação da biblioteca no cárcere: desafios e possibilidades. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 25, n. 3, p. 205-215, set./dez. 2015. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/16243/14537>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **A visão do Ministério Público sobre o sistema prisional brasileiro – 2016**. Brasília: CNMP, 2016.

Disponível em:

<http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2016/Livro_sistema_prisional_web_7_12_2016.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2018.

COSTA, A. et al. Bibliotecas prisionais catarinenses e a ausência do bibliotecário. **Revista Acb**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 874-886, 2016. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1256/pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

COSTA, D. F. M. **Biblioterapia**: um caminho para incentivar a leitura junto detentos da CCPJ do anil e bibliotecário como articulador desse processo. São Luís: [s.n.], 2009. 101 p.

COSTA, J. A. A. Sentido da execução penal. **Jornal Recomeço**, Leopoldina/MG.

Disponível em: <<http://www.nossacasa.net/recomeco/0096.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

ALVES, L. A.; DAVOK. Empreendedorismo na área de biblioteconomia: análise das atividades profissionais do bibliotecário formado na UDESC. **Revista Acb**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 313-330, 2009.

Disponível em: < <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/viewFile/646/715>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

EIRAS, B. D. Uma janela para o mundo: bibliotecas e bibliotecários em meio prisional. **Actas do Congresso Nacional de Bibliotecário, Arquivistas e Documentalistas**, Lisboa, n. 9, 2007. Disponível em: <<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/556>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20. ed. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis, Vozes, 1999. 288p.

GARCIA-PEREZ, M. S. Um acercamiento a las bibliotecas de los centros penitenciários. **Boletim de la Asociación de Bibliotecarios**, n. 62, p. 79-89, mar. 2001. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/5967/>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, L. F. Presídios: bomba-relógio com tragédias anunciadas. **Jusbrasil**, seção Artigos, 2011. Disponível em: <<https://professorifg.jusbrasil.com.br/artigos/121920886/presidios-bomba-relogio-com-tragedias-anunciadas>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

HART, A. Depoimento: a rotina de um bibliotecário prisional americano. Tradução Catia Lindemann. **Biblioteconomia Social**, 7 nov. 2017. Tradução de: A day in the life of prison librarian. Disponível em: <<https://biblioteconomiasocial.blogspot.com/2017/11/depoimento-rotina-de-um-bibliotecario.html>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994**. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Pautas para servicios bibliotecários para reclusos**. 3. ed. La Haya: IFLA: 2007. 24p. (IFLA Professional Reports, n. 99). Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional-report/99.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

JOHN, V. M. **Palavra da Salvação: as representações da leitura na prisão**. 2004. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/87436>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

KHURY, R. **Ressocialização do preso**. 2012. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Ciências Jurídicas, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2012/09/RESSOCIALIZACAO-DO-PRESO.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

LANCASTEH, F. W. Ameaça ou oportunidade? o futuro dos serviços de biblioteca à luz das inovações tecnológicas. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Minas Gerais, v. 23, n. 1, p. 07-27, 1994. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000009375/467f98ca1d0a15f9908445c595414757>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

LASSO DE LA VEGA, J. **Manual de biblioteconomia**: organizacion tecnica y cientifica de las bibliotecas. Madrid: Mayfe, 1952. 718p.

LIMA, S. P. G. **Biblioteca em presídio**. 2002. 39 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, 2002.

LINDEMANN, C. Alunas de Biblioteconomia implantam biblioteca em penitenciária de Porto Velho, Rondônia. **Biblioteconomia Social**, 14 fev. 2017. Disponível em: <<https://biblioteconomiasocial.blogspot.com/2017/02/alunas-de-biblioteconomia-implantam.html>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

LINDEMANN, C. Biblioteconomia social: as leis de Ranganathan numa biblioteca prisional. In: PRADO, J. (Org.). **Ideias emergentes em Biblioteconomia**. São Paulo: FEBAB, 2016. p. 41-46. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/febab201603/wp-content/uploads/2016/07/Ideias-Emergentes-Em-Biblioteconomia.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

LOPES, A. S.; SILVA, M. J. S. Responsabilidade social e difusão cultural: a aplicabilidade legal de bibliotecas em presídios. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 14., 2011, São Luís. **Os novos campos da profissão da informação na contemporaneidade**. São Luís: UFMA, 2011. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/RESPONSABILIDADE%20SOCIAL%20E%20DIFUS%C3%83O%20CULTURAL%20a%20aplicabilidade%20legal%20de%20bibliotecas%20em%20pres%C3%ADdios.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

MACRI, F. C.; SALAZAR, J. N. A. Um estudo sobre a gestão organizacional em centros de ressocialização do estado de São Paulo. **Cadernos da Faceca**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 5-65, jan./jun.2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**, elaboração, análise e interpretação de dados. 14.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento da empresa**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PAULA, C. Biblioteca prisional não é assistencialismo, mas direito legal de todo e qualquer apenado. **Biblioo**: cultura informacional, seção Entrevistas, 21 mar. 2017. Disponível em: <<http://biblioo.info/biblioteca-prisional-nao-e-assistencialismo/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

PAULA, C. Como as bibliotecas podem contribuir com a ressocialização de presos e a remição de penas: apesar da recomendação do Conselho Nacional de Justiça, poucos estados brasileiros têm hoje uma lei que regulamenta a remição pela leitura. **Biblioo**: cultura informacional, seção Reportagens, 15 ago. 2017. Disponível em: <<http://biblioo.info/como-as-bibliotecas-podem-contribuir-com-ressocializacao-de-presos-e-remicao-de-penas/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; FERREZ, Helena Dodd. **Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro; Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), 2014. Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes-e-institucionais/tesouro-brasileiro-de-ciencia-da-informacao-1/copy_of_TESAUROCOMPLETOFINALCOMCAPA24102014.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2018.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Bibliotecas no sistema penitenciário. **Sítio eletrônico do Governo do Rio de Janeiro**, seção Visitantes SEAP. Disponível em: <<http://www.visitanteseap.rj.gov.br/VisitanteSeap/projetossocioeducacionaisseap/bibliotecasnosistemapenitenciario.html>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

SANTOS, T. (Org.); ROSA, M. I. et al. (Colab.). **Levantamento nacional de informações penitenciárias**: atualização – junho de 2016. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2018.

SILVA, Alexandre Calixto da. **Sistemas e regimes penitenciários no direito penal brasileiro**: uma síntese jurídica. 2009. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009. Disponível em: <[http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/DISSERTACAO_ALEXANDRE_CALIXTO\[1\].pdf](http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/DISSERTACAO_ALEXANDRE_CALIXTO[1].pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2018.

SILVA JÚNIOR, E. C. O caráter ressocializador da pena: as políticas públicas prisionais no processo de ressocialização do reeducando. **Revista três pontos**: Revista do centro acadêmico de ciências sociais da UFMG, Minas Gerais, v. 12, n. 2, p. 60-67, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3562>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

SILVA, Rodolfo Costa da. **Biblioteca prisional: informação e reintegração**. 2012. 37f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, 2011.

SOUZA, F. C.; CABRAL, M. R. L. O pensamento de formandos em Biblioteconomia sobre a contribuição do curso em sua preparação para atuação em biblioteca prisional, **Revista EDICIC**, v.1, n. 2, p. 1-18, abr.-jun. 2011.

TARGINO, M. G. A. Práxis bibliotecária. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 39-53, 1997. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000001545/830e52c9ef2dc321dd8250a41dcb662e>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

TRINDADE, L. L. **Biblioterapia e as bibliotecas de estabelecimentos prisionais: conceitos, objetivos e atribuições**. 2009. 118f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/944/1/2009_LeandroLopesTrindade.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: ATLAS, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Biblioteconomia: graduação**. Sítio eletrônico oficial. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/eb/graduacao>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. **Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação**. Sítio eletrônico oficial. Disponível em: <<http://www.facc.ufrj.br/joomla/index.php/graduacao/biblioteconomia-e-gestao-de-unidades-de-informacao>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Matriz curricular da graduação em Biblioteconomia e Documentação**. Titulação de bacharel, currículo: 1.01.002, versão 4, turno integral. Niterói: PROGRAD, [201-]. Disponível em: <<https://inscricao.id.uff.br/consultaMatrizCurricular.uff>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

VOGEL, Brenda. **The prison library primer: a program for the twenty-first century**. Estados Unidos: Scarecrow Press, 2009. 296 p. Disponível em: <http://books.google.com/books?id=iI9aQVzZ2WcC&printsec=frontcover&dq=The+Prison+Library+Primer&hl=en&ei=bZIVTqG2F8nTgAePtKkw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCkQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 12 mar. 2018.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO BIBLIOTECA PRISIONAL

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Bacharelado em Biblioteconomia

Aluna: Renata Figueredo

Orientadora: Prof. Ma. Dayanne da Silva Prudencio

Finalidade: Trabalho de Conclusão de Curso

Objetivo: Essa pesquisa objetiva identificar o nível de conhecimento de estudantes de Biblioteconomia das universidades federais do Rio de Janeiro sobre bibliotecas prisionais e verificar o que pensa o futuro bibliotecário sobre a possibilidade de atuar neste ambiente.

1- Qual sua idade?

- a) Menos de 25
- b) 25 a 29
- c) 30 a 39
- d) 40 a 49
- e) 50 a 60
- f) Maior de 60

2- Qual seu gênero?

- a) Feminino
- b) Masculino
- c) Outro

3- Universidade a qual pertence:

- a) UFF
- b) UFRJ
- c) UNIRIO

4- Você sabia que existem bibliotecas em estabelecimentos penais, tais como presídios e penitenciárias?

- a) Sim
- b) Não

5- Você considera a existência da biblioteca prisional uma iniciativa:

- a) Assistencialista
- b) Legal juridicamente
- c) Não tenho opinião sobre isso

6- Você já foi convidado por professores, grupos de pesquisa ou grupos de extensão a realizar alguma visita à uma Biblioteca Prisional?

a) Sim

b) Não

7- Caso tenha assinalado NÃO à questão anterior, possui interesse em visitar uma biblioteca prisional?

a) Sim

b) Não

8- Teria interesse em atuar como bolsista de extensão em projetos realizados em bibliotecas prisionais?

a) Sim

b) Não

9- Já participou de algum evento relacionado à temática Biblioteca Prisional?

a) Sim

b) Não

10- Caso tenha indicado SIM à questão anterior qual evento? (Resposta curta)

11- Você se engajaria em movimentos a favor da popularização de Bibliotecas Prisionais?

a) Sim

b) Não

12- Em qual (is) das categorias abaixo você considera que a biblioteca prisional pode atuar?

a) Formação de leitores

b) Letramento informacional

c) Trabalho/profissão/emprego – atuando na promoção de cursos e palestras visando recolocação no mercado de trabalho

d) Entretenimento e lazer – atuando como espaço de lazer para os apenados

e) Relações humanas – desenvolvendo produtos e serviços que estimulem e valorizem a construção de relações humanas sadias

f) Remissão da pena

g) Ressocialização do preso

h) Nenhuma das alternativas acima

i) Todas as alternativas acima

13- A temática Biblioteca Prisional foi abordada em alguma disciplina durante sua formação?

- a) Sim
- b) Não

14- Caso tenha indicado SIM, quais foram as disciplinas? (Resposta curta)

15- A temática Biblioteca Prisional precisa ser aplicada e discutida em cursos de graduação em Biblioteconomia, pois somente a partir deste debate iremos ampliar a atuação de bibliotecários neste ambiente.

- a) Discordo totalmente
- b) Discordo parcialmente
- c) Não concordo nem discordo
- d) Concordo parcialmente
- e) Concordo totalmente

16- A atual formação recebida durante o curso de graduação em biblioteconomia capacita suficientemente o egresso para atuar em bibliotecas do sistema prisional.

- a) Discordo totalmente
- b) Discordo parcialmente
- c) Não concordo nem discordo
- d) Concordo parcialmente
- e) Concordo totalmente

17- Tem interesse em atuar como bibliotecário no Sistema Prisional Brasileiro?

- a) Sim
- b) Não

18- Caso tenha assinalado NÃO na questão anterior, sob quais aspectos centra-se seu desinteresse?

- a) Tenho medo de trabalhar no interior de um presídio
- b) Sou contra bibliotecas prisionais
- c) Minha família não autorizaria minha atuação neste ambiente
- d) Tenho interesse em atuar profissionalmente em outros tipos de biblioteca
- e) Nenhuma das alternativas acima
- f) Todas as alternativas acima
- g) Outro motivo

19- Caso tenha indicado OUTRO MOTIVO na questão anterior, justifique. (Resposta longa)

20- Segundo Eiras (2007), o bibliotecário atuante no sistema prisional deve desenvolver algumas competências específicas. Assinale, numa escala onde 1 é menos importante e 10 é mais importante como você prioriza tais competências.

- () possuir equilíbrio emocional
- () postura dinâmica
- () capacidade de adaptação (ambiente prisional)
- () boa comunicação oral
- () capacidade de liderança e de supervisão (trabalho com reclusos)
- () interesse em trabalhar com a diversidade cultural, étnica e linguística
- () gosto em trabalhar na educação de adultos;
- () sensibilidade e atenção
- () criatividade
- () conhecimentos de Direito e de Legislação Penal.

21- O Código de Ética do Bibliotecário indica que “O Bibliotecário deve interessar-se pelo bem público e, com tal finalidade, contribuir com seus conhecimentos, capacidade e experiência para melhor servir a coletividade” (CFB, 2002). Sob essa perspectiva e considerando que a Biblioteca prisional pode contribuir para o “bem público”, você considera que a atuação em bibliotecas dessa natureza aciona dimensões sociais da profissão e, portanto, atende o disposto no Código de Ética?

- a) Discordo totalmente
- b) Discordo parcialmente
- c) Não concordo nem discordo
- d) Concordo parcialmente
- e) Concordo totalmente

22- A leitura é considerada uma atividade de estudo na Portaria Conjunta do Conselho da Justiça Federal e do Departamento Penitenciário Nacional nº 276, de 20 de junho de 2012, e desta forma o apenado pode pedir remição de sua pena a partir da prática. Você concorda com esta medida?

- a) Discordo totalmente
- b) Discordo parcialmente
- c) Não concordo nem discordo
- d) Concordo parcialmente
- e) Concordo totalmente